



REVISTA DO Farmacêutico

Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

FARMACÊUTICOS OLÍMPICOS

Conheça alguns dos profissionais por trás da megaoperação de saúde para garantir cuidados farmacêuticos aos atletas



XVI ENCONTRO PAULISTA

Profissionais lotam auditório para debater ética e futuro da Farmácia

CONTRA A DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA

CRF-SP retoma campanha e convoca farmacêuticos



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇOS



PLANTÃO DO PRESIDENTE

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Eduardo Menegasso, realiza plantões de atendimento toda segunda-feira, na sede do CRF-SP, das 15h às 17h, para entender os problemas, ouvir sugestões e trabalhar por soluções que vão ao encontro das necessidades do farmacêutico. Não há necessidade de marcar horário. A sede do CRF-SP fica na rua Capote Valente, 487, Jardim América, São Paulo.



ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA

Os atendimentos são realizados por telefone, e-mail e pessoalmente mediante convocações para Orientação Farmacêutica na sede e nas 27 seccionais, além de orientações feitas durante inspeções fiscais. Para esclarecer dúvidas, basta ligar no **(11) 3067-1470** ou enviar e-mail para **orientacao@crfsp.org.br**. Aproveite também o período em que o fiscal do CRF-SP está presente em seu estabelecimento para tirar suas dúvidas.



DENÚNCIA

O CRF-SP tem um canal direto para atender as denúncias que envolvem as atividades farmacêuticas que comprometam e coloquem em risco a saúde da população. Qualquer pessoa pode denunciar de forma sigilosa.

0800 77 02 273 (ligação gratuita), **denuncia@crfsp.org.br** ou pelo portal no link "Denúncias" no menu superior.



ATENDIMENTO ELETRÔNICO

Para utilizar o sistema, o farmacêutico deve acessar o portal www.crfsp.org.br e clicar no ícone do atendimento eletrônico, que fica localizado no canto superior direito da página. Por meio deste serviço, é possível o farmacêutico alterar ou atualizar endereço, telefone, e-mail, comunicar ausência, solicitar emissão de CR e outros serviços.



PAF

O Programa de Assistência ao Farmacêutico (PAF) é totalmente gratuito e tem como objetivo a inserção ou recolocação do farmacêutico inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho (Bolsa de Empregos), assim como propiciar descontos e condições exclusivas para compras de serviços e produtos (Clube de Benefícios).

ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira das 8h30 às 17h30. Sábado das 9h às 12h

CRF-SP - SEDE | Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, CEP 05409-001 - São Paulo / SP
(11) 3067-1450 | Fax (11) 3064-8973
www.crfsp.org.br



Ética para início de conversa

O ano sempre começa agitado no CRF-SP. Afinal, em 20 de janeiro, celebramos o Dia do Farmacêutico. Sempre nos perguntamos sobre qual é a melhor forma de comemorar uma data tão especial, como iniciar a longa jornada do ano com o pé direito.

Optamos por falar de ética. Decisão acertada, face à situação de crise política e financeira pela qual passa o país e na qual tem faltado justamente isso.

Centenas de colegas de profissão lotaram o auditório da Unip, na capital, para o XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos, que, neste ano, ofereceu o seminário “Farmácia: Que futuro estamos construindo?”

O debate realizado entre os mais respeitados especialistas foi dividido em dois grupos temáticos: tecnologia em saúde e cuidado à saúde com foco no paciente. Não é surpresa para ninguém, mas a verdade é que temos muito ainda o que fazer até conseguirmos implantar a Farmácia Estabelecimento de Saúde, após a publicação da Lei 13.021/14.

A boa notícia é que cada vez mais profissionais se entusiasma com a missão e, aquilo que um dia pareceu impossível para muitos farmacêuticos, começa a ser vagarosamente construído, parte por parte.

Como não poderia deixar de ser, tudo começa por uma profunda discussão sobre ética, sobre postura profissional, sobre direitos do paciente. Para início de conversa, ética. O restante vem depois.

Para ilustrar a importância desse debate, neste ano, a palestra principal do seminário foi realizada pelo historiador e professor-doutor da Unicamp Leandro Karnal, uma referência no assunto.

Leandro honrou a tradição das palestras de janeiro do CRF-SP, no palco pelo qual passaram figuras como Max Gehring e Paulo Storani, entre outros. Presenteou os colegas com uma profunda reflexão sobre ética e sobre a encruzilhada na qual o país foi colocado, com os escândalos recentes envolvendo empresários e políticos.

Como o leitor poderá conferir na entrevista a seguir, Karnal quer lembrar 2015 e 2016 como os anos em que o Brasil virou o jogo contra a corrupção. Ele diz ainda que nós, brasileiros, vivemos as consequências de décadas apostando no “jeitinho” e que essa “ressaca” nos fará bem.

Por ora, temos muito trabalho pela frente, com a retomada da campanha Farmacêuticos contra a Dengue, agora também contra a Chikungunya e o Zika. Palestras, capacitação, material didático, será oferecido tudo aos farmacêuticos que resolverem fazer a diferença pela saúde pública.

A epidemia é uma das maiores preocupações dos profissionais de saúde que trabalharão nos Jogos Olímpicos Rio 2016, que pode ter o seu brilho ofuscado pela ameaça do *Aedes aegypti*. Em uma reportagem especial, você poderá conferir como trabalharão os farmacêuticos das Olimpíadas.

BOA LEITURA!



FOTO: PABLO KOURY

Farmacêuticos Olímpicos

26

CRF-SP EM AÇÃO

Debate sobre rumos da profissão e ética marcam o 20 de janeiro

10

CRF-SP EM AÇÃO

Frente à epidemia, CRF-SP retoma campanha e conclama farmacêuticos

16

ENTREVISTA - PROF. LEANDRO KARNAL

O prejuízo da desonestidade e o lucro da ética

23

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Por que biólogos não podem atuar em Análises clínicas

42

COMISSÕES ACESSORAS / FARMÁCIA CLÍNICA

Dispensador resiste, mas ficará no passado

48

COMISSÕES ACESSORAS / ACUPUNTURA

O olhar oriental para o câncer

50

COMISSÕES ACESSORAS / DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE

Terceirização sim, mas sob regras

52



A Revista do Farmacêutico é uma publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP

Rua Capote Valente, 487 - Jardim América, São Paulo - SP
 CEP: 05409-001 - PABX: (11) 3067 1450 / 1474 / 1476
 e-mail: revistadofarmacutico@crfsp.org.br
 Portal: www.crfsp.org.br

DIRETORIA

Presidente - Pedro Eduardo Menegasso
 Vice-presidente - Raquel Cristina Delfini Rizzi
 Secretário-geral - Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr.
 Diretor-tesoureiro - Marcos Machado Ferreira

CONSELHEIROS

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr., Cecília Leico Shimoda, Célia Tanigaki, Claudia Aparecida de Mello Montanari, Danyelle Cristine Marini de Moraes, Fabio Ribeiro da Silva, Israel Murakami, Luciana Canetto Fernandes, Maria Fernanda Carvalho, Marcos Machado Ferreira, Pedro Eduardo Menegasso, Priscila Nogueira Camacho Dejuste, Raquel Cristina Delfini Rizzi, Adriano Falvo (suplente) e Rosana Matsumi Kagesawa Motta (suplente)

CONSELHEIRO FEDERAL

Marcelo Polacow Bisson, Margarete Akemi Kishi (suplente)

REVISTA DO Farmacêutico

COMISSÃO EDITORIAL NESTA EDIÇÃO

Pedro Eduardo Menegasso, Marcos Machado Ferreira, Simone F. Lisot e Reggiani Wolfenberg

EDIÇÃO

Sérgio Duran - Mtb 24.043-SP
 sergio@popcom.net.br

REPORTAGEM E REDAÇÃO

Carlos Nascimento - Mtb 28.351-SP
 jose.nascimento@crfsp.org.br
 Mônica Neri - Mtb 57.209-SP
 monica.neri@crfsp.org.br
 Renata Gonzalez - Mtb 30.469-SP
 renata.gonzalez@crfsp.org.br
 Thais Noronha - Mtb 42.484-SP
 thais.noronha@crfsp.org.br
 Wesley Alves - Mtb 5911-DF
 wesley@popcom.net.br

ESTÁGIO EM JORNALISMO

Marcelo Staffa

PROJETO GRÁFICO

André Bunduki
 andre@dinbrasil.com.br

DIAGRAMAÇÃO

Bárbara Gabriela - barbara.santos@crfsp.org.br
 Rafael Kumoto - rafael.kumoto@crfsp.org.br

TRATAMENTO DE IMAGENS

Alexis Nordenflucht - alexis.nordenflucht@crfsp.org.br
 Terena Cunha - terena.cunha@crfsp.org.br

IMPRESSÃO

Plural Indústria Gráfica

PUBLICIDADE

Tel.: (11) 3067 1492

TIRAGEM

57.000 exemplares

CARGOS EXERCIDOS SEM REMUNERAÇÃO NO CRF-SP

Presidente, vice-presidente, secretária-geral, diretor-tesoureiro, conselheiros, diretores e vice-diretores regionais, membros de Comissões Assessoras e das Comissões de Ética.



Foto da capa: Pablo Koury

FOSFOETANOLAMINA

Os leigos não sabem para que servimos, mas nós, sim. Está de parabéns o CRF-SP pela resposta à mídia.

[Saulo Schmidt da Silva – São Paulo/SP \(via Facebook\)](#)

XV ENCONTRO PAULISTA

Particpei do debate em São João da Boa Vista e só tenho que parabenizar por essa importante iniciativa do CRF-SP. Precisamos fazer mais vezes esse tipo de evento, pois, além de trocarmos conhecimentos, ideias e sugestões, nos aproximamos do quadro de diretores e isso é fundamental para que a categoria siga em frente forte e conquistando cada vez mais seu espaço no mercado farmacêutico.

[Luiz Antônio Marques – Casa Branca/SP \(via Facebook\)](#)

CURSO TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DE INJETÁVEIS

Agradeço imensamente o suporte dado pelo CRF-SP. Impressionante o embasamento legal que nos traz segurança para desenvolver nossas atividades. Parabéns e, mais uma vez, obrigada!

[Dra. Mareli Nogueira – Assis/SP \(via e-mail\)](#)

MATERIAL TÉCNICO

Quero agradecer pelo envio do “Manual de Orientação ao Farmacêutico, Conduta e Postura Profissional”. Material de vital importância para que o profissional tenha um excelente desempenho. São orientações que precisam estar sempre sendo lembradas para garantir um ótimo perfil do farmacêutico.

[Dr. Douglas Alexandre Bulhões \(via e-mail\)](#)

DIA DO FARMACÊUTICO

Parabéns a todos nós pela escolha desta linda profissão. Temos de sempre erguer e segurar a Bandeira da farmácia valorizando-a, fazendo jus ao nosso juramento.

[Dr. Gustavo Alves – São Paulo/SP \(via Facebook\)](#)

PARTICIPE!

Envie seu comentário ou sugestão:
revistadofarmacutico@crfsp.org.br

R. Capote Valente, 487 - 9º andar
CEP: 05409-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3067 1494 / 1498

Veja no portal www.crfsp.org.br os links para nosso perfil nas principais redes sociais

A RF se reserva o direito de adaptar as mensagens, sem alterar seu conteúdo.

CAPACITAÇÃO CAMPANHA DA DENGUE

Mais uma vez o CRF-SP fez um brilhante evento. A capacitação da dengue foi de um nível estrondoso.

[Dr. Kayo Henrique – Agudos/SP \(via Twitter\)](#)

ESCLARECIMENTO SNGPC

Considerando diversos questionamentos recebidos, o setor de Orientação Farmacêutica do CRF-SP esclarece quais os principais aspectos a serem observados pelo farmacêutico em relação ao SNGPC:

O SNGPC é regulamentado pela RDC 22/14, sendo obrigatório para as farmácias privadas o controle de movimentação de estoque de insumos e medicamentos sujeitos ao controle da Port SVS/MS 344/98 e RDC 20/11, devendo a transmissão eletrônica das movimentações ser realizada, no mínimo, uma vez por semana.

A responsabilidade pelo acesso ao sistema e transmissão das movimentações é do farmacêutico responsável técnico (RT) e este acesso se faz por meio de senha pessoal, sigilosa e intransferível. O uso indevido da senha e os prejuízos decorrentes da eventual quebra de seu sigilo serão de responsabilidade do farmacêutico RT e do responsável legal do estabelecimento.

Orientamos ao farmacêutico que, para fins de fiscalização, é necessário a comprovação de credenciamento ao SNGPC e transmissão em dia das movimentações de estoque. É importante possuir no estabelecimento o Certificado de Escrituração Digital e Certificado de Transmissão Regular atualizado, que poderão ser impressos mediante acesso ao SNGPC.



Cabeça de gestor, coração de militante

Conheça um pouco da vida e das ideias do presidente do CRF-SP, dr. Pedro Eduardo Menegasso, que no terceiro mandato planeja lutar para implementar a Lei 13.021/14

Ele já foi líder estudantil, atendeu a muitos pacientes no balcão, foi proprietário de farmácia e construiu uma trajetória de quase 30 anos no Conselho Regional de Farmácia de São Paulo. Foi colaborador de Comissões Assessoras e de Ética, conselheiro, diretor-tesoureiro e presidente. Ele é um dos líderes responsáveis pela modernização administrativa da entidade.

Casado e pai de dois filhos, dr. Pedro Eduardo Menegasso é formado pelo tradicional curso de Farmácia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. Sua rotina consiste em alternar o trabalho no CRF-SP e a carreira como consultor nas áreas de comunicação, marketing, estratégia e colocação comercial de produtos.

No terceiro mandato como presidente (biênio 2016/2017), dr. Pedro quer lutar para implementar a Lei 13.021/14. Para ele, a Farmácia Estabelecimento de Saúde é uma obra coletiva em construção e ainda exige muita disposição da categoria para transformá-la em realidade.

Confira, abaixo, a primeira entrevista da série Bate-Papo com os Diretores, iniciativa da Revista do Farmacêutico para que os leitores conheçam melhor o perfil dos que lideram o CRF-SP:

1. Ser farmacêutico é...

Trabalhar para amenizar o sofrimento das pessoas, proporcionar bem-estar a todos, assegurar que os seus direitos sejam garantidos, empenhar-se para produzir qualidade de vida aos pacientes.

2. Ser presidente do CRF-SP é...

Primeiramente, uma honra. No entanto, estar à frente dos farmacêuticos paulistas significa também ser um alvo fácil de tudo quanto é tipo de ataque e injustiça. É preciso firmeza, foco e paciência.

3. Maior orgulho profissional

Ter participado da mobilização que levou à publicação da Lei 13.021/14. Passei a vida sob uma legislação da qual eu não participei da discussão. Nem sonhava em ser farmacêutico quando a lei anterior foi publicada. Desta, não. Acompanhei desde a faculdade e tive a felicidade de estar na Câmara dos Deputados no dia da aprovação em plenário, depois de muita luta, de ter participado ativamente.

4. E a maior decepção?

São muitas e eu não gostaria de detalhá-las, mas posso dizer que são todas ligadas ao processo político no Brasil, quando interesses particulares se sobrepõem aos da coletividade.

5. No futuro, a profissão farmacêutica será...

Valorizada pela sociedade brasileira, que reconhecerá a sua importância em defesa da saúde, no cuidado ao paciente e no desenvolvimento de novas tecnologias.

6. Mas deve tomar cuidado com...

O complexo de inferioridade crônico frente aos demais profissionais de saúde, o excesso de reclamações e pessimismo.



Dr. Pedro Menegasso durante seu discurso como presidente reeleito do CRF-SP na posse da diretoria gestão 2016-2017



Dr. Pedro Menegasso em uma de suas entrevistas à grande mídia para consolidar a imagem do farmacêutico como profissional de saúde para a sociedade



Dr. Pedro Menegasso na colação de grau da turma de Farmácia da Unesp no ano de 1989



Pela terceira vez, dr. Pedro assina seu compromisso como presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo



Dr. Pedro, em 2007, no Congresso Nacional, defendeu em audiência pública a Farmácia Estabelecimento de Saúde



À esq., dr. Pedro, em 2014, participando ativamente da votação dos deputados na Câmara para aprovação da Lei 13.021/14. À dir., em 2010, foi um dos líderes da mobilização em favor da aprovação do substitutivo ao PL 4.385/94, que em 2014 seria aprovado como Lei 13.021, transformando definitivamente a farmácia como estabelecimento de saúde

7. No mandato que se inicia, quero lutar para...

No segundo mandato de minha gestão tivemos uma conquista muito importante, que foi a aprovação da Lei Federal nº 13.021 de 2014. Agora, quero lutar pela sua consolidação, fazê-la funcionar de forma a fortalecer a atuação do farmacêutico, defender a saúde pública e valorizar a profissão em todas as áreas de atuação. Um dos instrumentos será o investimento na conscientização tanto da população como dos profissionais.

O principal desafio é criar unidade na construção desta nova farmácia brasileira após a conquista da Lei 13.021/14, pela qual tanto nos empenhamos. A Farmácia Estabelecimento de Saúde é ainda uma instituição em formação. Percebemos que o conceito tem ganhado cada vez mais corpo e adeptos, mas ainda precisamos evoluir. Trata-se de uma mudança de paradigma, de uma mentalidade arraigada em nossa sociedade. Isso leva tempo e demanda esforços, mas acredito que conseguiremos.

8. No balcão, eu aprendi a...

Ouvir as pessoas e a perceber que, primeiramente, elas querem ser ouvidas, pois aderem a tratamentos, tomam medicamentos, adotam as medidas, mas não pode ser por imposição, sem que lhes seja dado o direito de questionar. Precisamos conquistar, sim, a confiança e o respeito dos pacientes.

9. A ética é inimiga do lucro?

Só para quem tem preguiça de encontrar as melhores soluções ou não usa a cabeça para pensar. É possível lucrar e ser ético.

10. O que não falta na sua farmácia particular?

Eu não tenho farmácia particular. Moro em cidade grande, sempre há uma farmácia 24 horas com farmacêutico por perto.

11. O que não tem remédio, remediado está?

Não. O que não tem remédio, ainda não foi descoberta a cura. Chame um bom farmacêutico, que ele estuda, pesquisa e encontra uma solução. Quem pensa assim se acomodou diante do sofrimento das pessoas. Não sou assim.



Em 2014, em Brasília, dr. Pedro e dr. Walter Jorge João, presidente do CFF, em conversas com deputados sobre a importância para a população e para a saúde pública do Brasil da aprovação da Lei 13.021/14



À esq., dr. Pedro nos tempos de graduação na Unesp de Araraquara, em 1988, quando integrou o Projeto Rondon. À dir., em sua primeira farmácia na cidade de Amparo, em 1993

CRF-SP EM AÇÃO

SEMANA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Voluntários farão alerta contra uso de drogas e álcool

SAF | Semana de assistência farmacêutica

Com base na Lei Estadual 10.687/00, o CRF-SP realiza anualmente, em escolas públicas e particulares, a Semana de Assistência Farmacêutica (SAF). O objetivo é orientar os estudantes sobre uma série de temas importantes relacionados à saúde, por meio de palestras ministradas por farmacêuticos voluntários, previamente capacitados. Desde 2006, 266.248 alunos assistiram às palestras ministradas pelos farmacêuticos. No ano passado, foram realizadas 197 palestras em 91 escolas, com um total de 11.403 crianças e adolescentes capacitados.

Todos os anos, são escolhidos temas que estão na agenda pública e na mídia, e que têm preocupado a população paulista. Além disso, é uma oportunidade para demonstrar aos alunos a importância da orientação farmacêutica e o papel fundamental do profissional. Neste ano, o tema abordado será o uso de drogas, com ênfase nas bebidas alcoólicas e seus riscos.

Serão demonstrados a definição de drogas; a diferença entre drogas lícitas e ilícitas; as bebidas alcoólicas e os riscos de sua interação com outras substâncias; o uso e o risco dos anabolizantes; escolhas e suas consequências; e a importância do farmacêutico para esclarecer dúvidas sobre esse tema e sobre saúde em geral.

Dados do 2º Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil do Cebrid/Unifesp



Cartaz da SAF 2016 destaca o tema da campanha: Liberdade é não ter dependência

ARTE: TERENA CUNHA

apontam um número alarmante em relação a bebida alcoólica. De acordo com a pesquisa, 12,3% das pessoas pesquisadas com idades entre 12 e 65 anos preenchem critérios para a dependência do álcool e cerca de 75% já beberam pelo menos uma vez na vida. Além disso, os dados indicam que o consumo de álcool está cada vez mais precoce e sugerem a necessidade de revisão das medidas de controle, prevenção e tratamento.

Já em relação às drogas ilícitas, o Relatório Mundial sobre Drogas de 2015 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) destacou que 5% da população mundial, com idade entre 15 e 64 anos, fez uso de drogas ilícitas em 2013, último ano de referência do estudo. Para piorar, os dados estimam um total de 187.100 mortes relacionadas com as drogas no mesmo ano.

Por Mônica Neri

Como participar da SAF

O CRF-SP promove capacitações ao longo do ano para profissionais interessados em participar da SAF. Para isso, fique atento nas redes sociais e portal do CRF-SP ou procure a seccional mais próxima de sua casa para verificar as datas e locais dos cursos.

As escolas que desejarem receber as palestras da SAF podem entrar em contato com a Secretária dos Colaboradores (Secol) do CRF-SP pelo e-mail: saf@crfsp.org.br.



XVI ENCONTRO PAULISTA

Debate sobre rumos da profissão e ética marcam o 20 de janeiro



Seminário: "Farmácia: que futuro estamos construindo?"



FOTOS: LUIZ PRADO / AGÊNCIA LUZ

Auditório da Unip/Vergueiro lotado: público acompanhou a programação do evento que culminou com a apresentação sobre ética do dr. Leandro Karnal, um dos palestrantes referência no tema

Nos últimos anos, poucas áreas profissionais passaram por tantas mudanças como a Farmácia, com inéditas atividades regulamentadas, como a prescrição farmacêutica e o marco histórico da publicação da Lei 13.021/14. Essas novidades vêm se projetando paulatinamente no dia a dia dos farmacêuticos e, ainda que o assunto esteja no centro de boa parte das ações promovidas pelo CRF-SP, um dos principais questionamentos que chegam à entidade é sobre os rumos que tais mudanças conduzirão a profissão farmacêutica.

De forma oportuna, essa reflexão foi o fio condutor do evento que abriu a programação do XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos, o seminário "Farmácia: Que futuro estamos construindo?", realizado no Dia

Nacional do Farmacêutico (20 de janeiro), na capital. Na oportunidade, o auditório lotado por cerca de 500 farmacêuticos também foi presenteado com uma apresentação sobre ética com um dos mais importantes palestrantes do país sobre o assunto, o professor-doutor da Unicamp e historiador Leandro Karnal (confira entrevista nas páginas 23 a 25). O seminário foi transmitido simultaneamente pela internet.

Na abertura do evento, o presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, lembrou que o Dia do Farmacêutico é o momento não só de celebrações, mas, sobretudo, uma oportunidade de falar também das dificuldades da Farmácia, estabelecendo reflexões sobre os principais desafios a serem enfrentados. Ministrante



Painéis tiveram a participação de profissionais de diversas áreas; 1ª foto: dra. Paola Nicolini, dr. Cassyano Correr, dra. Lívia Gonçalves (mediadora), dr. Tarcísio Palhano e dr. Fernando Fiol; 2ª foto: dr. José Emílio, dr. Henry Suzuki, dr. Wallace Moreira (mediador), dra. Suely Vilela e dr. Dante Alário

da palestra “Superando desafios e dificuldades: o farmacêutico como promotor da saúde”, o presidente do CRF-SP salientou: “Não adianta apenas termos uma legislação que favorece a farmácia. É preciso mudar questões culturais, pois neste país é necessário trabalhar duro para que uma lei funcione.”

Para debater sobre o futuro da Farmácia associada à construção do país e articulada às políticas de Estado, o seminário teve a participação de especialistas em diversas áreas que discorreram sobre a necessidade de inovação na área farmacêutica e ampliação do acesso racional aos medicamentos e cuidados à saúde. Para tanto, as reflexões foram divididas sob duas óticas essenciais

ao farmacêutico: a tecnologia em saúde e o cuidado à saúde com foco no paciente.

Sob a primeira ótica, os debates giraram em torno de questões como pesquisa, desenvolvimento e inovação incremental e radical, patentes e propriedade intelectual, e a forma como a educação pode impactar na construção do futuro da farmácia. Já o aspecto voltado para o cuidado à saúde com foco no paciente ficou para a segunda parte das apresentações, que abordaram a história da farmácia clínica no Brasil e sua relação no planejamento e atenção ao paciente.



Na abertura, dr. Pedro Menegasso falou sobre os desafios e dificuldades do farmacêutico como promotor da saúde

**Por Renata Gonçalves,
com informações de Carlos Nascimento e Mônica Neri**

PATROCÍNIO E APOIO



XVI ENCONTRO PAULISTA
VISÕES DO FUTURO


DR. CASSYANO JANUÁRIO CORRÊA, pesquisador e professor do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

“Precisamos mudar o olhar para a saúde pública. Hoje, cerca de um terço da população tem doenças crônicas e, à medida que cresce a quantidade de idosos, maior o custo para o sistema de saúde. O sistema de saúde brasileiro foi configurado para tratar doenças agudas, não as crônicas. Ao ampliar os cuidados, reduzimos o custo da saúde. É simples, mas não estamos conseguindo fazer isso”

“A maior importância do farmacêutico clínico é, sem dúvida, que ele pode salvar vidas por meio de seu conhecimento em reconciliação medicamentosa, educação ao paciente, risco de flebite, desinvasão, antibioticoterapia, melhores vias de administração, necessidades de inclusão de medicamentos, acompanhamentos de exames, interação medicamentosa, entre outras atividades. Para isso, é importante que o farmacêutico clínico estude muito, saiba trabalhar na equipe multidisciplinar, tenha boa comunicação, seja dinâmico, tenha criatividade, seja proativo, e, principalmente, tenha responsabilidade”



DRA. PAOLA NICOLINI, supervisora de Farmácia Clínica do Hospital Samaritano



FOTOS: LUIZ PRAADO / AGENCIA LUIZ

DR. TARCÍSIO JOSÉ PALHANO, assessor do Conselho Federal de Farmácia (CFF)

“Em 1965, houve uma descaracterização do curso de Farmácia no mundo, abrindo novas áreas de atuação, entre elas, a Farmácia clínica, que iniciou nos Estados Unidos. No Brasil, a Farmácia clínica chegou em 1977, no curso de Farmácia da UFRN e hospitais de São Paulo. Em 1981, ocorreu o primeiro Seminário no Brasil da área e, em 1983, o primeiro curso brasileiro de Farmácia clínica”

“As diretrizes curriculares do curso de Farmácia já deram as indicações para que os cursos aprimorem os cuidados ao paciente. Minha experiência como avaliador de cursos, a partir das diretrizes de 2002, é que houve uma padronização. Não posso ter um curso que trate de um paciente



PROF. DR. FERNANDO DE SÁ DEL FIOI, reitor da Universidade de Sorocaba (Uniso)

no Rio Grande do Sul em comparação com o Amazonas, por exemplo. A população é diferente, os problemas são diferentes. O desafio é fazer com que as diretrizes sejam revisadas. As escolas precisam inovar”

“Hoje se fala muito em inovações, mas lamentavelmente se pratica pouco porque esbarra em obstáculos da própria universidade, que não tem interesse, e também de órgãos como a Anvisa, que agora parece estar recebendo esse tipo de debate com mais abertura”



DR. DANTE ALÁRIO JÚNIOR, sócio-diretor da Biolab Sanus e sócio da Orygen Biotecnologia

“Empresas inovam porque precisam se diferenciar. A questão da propriedade intelectual existe para garantir os benefícios sobre o investimento que envolve a pesquisa e a indústria. Depende muito de propriedade intelectual. Se eu quiser colocar meu produto no mercado, eu tenho direito à propriedade da patente por um tempo pré-determinado. Vocês podem nunca trabalhar com patentes, mas é um conhecimento que todo farmacêutico deve ter”



DR. HENRY JUN SUZUKI, sócio-diretor da Axonal Consultoria Tecnológica

Informe Publicitário

O CRF-SP não se responsabiliza pelo conteúdo.



Facis, há 25 anos ajudando a construir futuros

“A longevidade da instituição é uma confirmação da seriedade do trabalho e do compromisso em oferecer a seus alunos um ensino de qualidade, para a construção e aprimoramento de suas carreiras profissionais nas diferentes áreas das Ciências da Saúde.”

Matrículas Abertas 2016



Cursos de Pós-Graduação

- Acupuntura
- Genética Humana e Clínica
- Homeopatia

Cursos de Extensão e Livres

- Aconselhamento Genético Humano
- Genética do Câncer

Rua Dona Inácia Uchôa, 399 - Vila Mariana - SP | Próximo aos metrô Vila Mariana e Ana Rosa

Conheça mais sobre a FACIS e todos os cursos que oferecemos

(11)5085-3141 | www.facis.edu.br | atendimento@facis.edu.br

[/facisfaculdadecienciasdasaude](https://www.facebook.com/facisfaculdadecienciasdasaude) [/faculdefacis](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Credenciados no CRF têm 15% de desconto nas mensalidades!



Faculdade de Ciências da Saúde de São Paulo

XVI ENCONTRO PAULISTA

“Quanto você fala sobre o desenvolvimento de um medicamento, é necessário uma série de testes pré-clínicos e clínicos que, sem eles, o produto não pode ser inserido no mercado. É nesse processo que se conhece a segurança e a efetividade do medicamento, bem como os riscos embutidos. A área é ampla, e o farmacêutico pode atuar em todo o processo. O mundo já nos observa como profissionais de muito valor, com brasileiros atuantes em diversos estudos globais”



DR. JOSÉ EMILIO S. NETO, diretor estratégico da Quintiles e diretor-secretário da Abracro

“Temos a conceitualização pela OMS e pela FIP do farmacêutico sete estrelas e eu adicionaria a ele características como habilidades técnicas e administrativas, além de muita atitude. A formação deve contemplar a atenção integral à saúde, recursos humanos e princípios éticos. Porém, ainda há falta de estímulo ao empreendedorismo, que é fundamental ao modelo de sociedade que vivenciamos. Esse profissional deve ter um perfil formador de oportunidades. Conhecimento da língua inglesa e vivência internacional complementam os requisitos ideais”



PROFª DRA. SUELY VILELA, professora de Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP de Ribeirão Preto

LANÇAMENTO DO XI FASCÍCULO


O seminário “Farmácia: Que Futuro Estamos construindo?” teve como destaque o lançamento do 11º fascículo da série Farmácia Estabelecimento de Saúde, com o tema “Consulta e Prescrição Farmacêutica”. A publicação aborda um assunto que recentemente tem sido um dos pilares da mudança de paradigma da

profissão: a prescrição, inserida no contexto da atuação clínica do profissional. Paralelamente, nessa conjuntura, a consulta torna-se primordial para entender o problema do paciente e assim indicar a opção terapêutica mais adequada.

O “Fascículo XI – Consulta e Prescrição Farmacêutica” é mais do que um guia de orientação ao profissional, é publicação de referência para ser utilizada a todo o momento, seja no serviço público ou privado. O papel desse material é auxiliar o farmacêutico a co-



Dr. Antônio Geraldo (secretário-geral), **dra. Raquel Rizzi** (vice-presidente), **dr. Pedro Menegasso** (presidente) e **dra. Simone Lisot** (superintendente-geral) do CRF-SP

locar em prática o que sugere a Resolução 586/13: a aproximação com o manejo clínico e cuidados ao paciente, além de integração com os demais membros da equipe de saúde.

A exemplo das edições anteriores da série, o fascículo “Consulta e Prescrição Farmacêutica” conta com a chancela da Organização Pan-americana de Saúde (Opas) / Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para fazer download da publicação, acesse:
<http://ow.ly/XOABI>

Sob meta ousada, CRF-SP capacita farmacêuticos para o SUS

Desde que o Grupo Técnico de Apoio aos Municípios (Gtam) foi criado, com o objetivo de auxiliar as prefeituras no processo de regularização da assistência farmacêutica da rede pública de saúde, os números não pararam de crescer. Foram 190 negociações com prefeituras, 59 acordos firmados e 12 TACs (Termos de Ajustamento de Conduta). A quantidade de farmacêuticos nas administrações municipais subiu de 1.621, em abril de 2012, para 2.478, em agosto de 2015.

A meta do Grupo é ousada, mas, para o CRF-SP, é possível conquistar a assistência farmacêutica integral em todas as unidades de saúde que dispensam e/ou distribuem medicamentos. Para isso, uma equipe formada por farmacêuticos, advogados e outros profissionais trabalha em todo o Estado.

Uma das etapas que integra o suporte oferecido pelo Gtam é a capacitação dos farmacêuticos. A mais recente foi realizada em janeiro com os profissionais da rede pública de São Bernardo do Campo, região do Grande ABC. O município conta com 45 farmacêuticos.



Farmacêuticos que atuam na rede pública de São Bernardo do Campo

O treinamento, ministrado pela dra. Eliane Cortez, membro do Gtam, foi fundamental para padronizar os procedimentos. “Estamos preparando o farmacêutico para participar da gestão da assistência, no



FOTOS: THAIS NORONHA

Dra. Eliane Cortez, membro do Gtam, ministrou a palestra aos farmacêuticos de SBC

município ou Estado. Apesar de ele já ser um gestor da farmácia, amanhã pode ser convidado a coordenar algum projeto e precisa estar capacitado. É ir além da parte operacional, ele não é um mero técnico, mas um gestor”.

A secretária municipal de Saúde, Odete Gialdi, fez questão de enfatizar o diferencial da assistência na cidade. “O nosso Samu tem supervisão técnica do farmacêutico, estamos à frente de outros municípios. Cuidar não é apenas entregar o medicamento, é muito além e o farmacêutico faz parte desse contexto. Os farmacêuticos de São Bernardo são um time, essa integração precisa ser preservada e aprimorada”.

A vice-presidente do CRF-SP, dra. Raquel Rizzi, apresentou os números que marcam a diferença que o Gtam tem feito no modo de contribuir com a assistência. “Com a Lei 13.021/14, as necessidades de cuidado aumentaram. O farmacêutico é responsável por todas as etapas do ciclo. São Bernardo tem sido nossa referência. Parabenizo pelo modelo de assistência farmacêutica”, afirmou.

Para mais informações: gtam@crfsp.org.br ou pelo tel (11) 3067-1483.

Por **Thais Noronha**



FARMACÊUTICOS CONTRA A DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA

Frente à epidemia, CRF-SP retoma campanha e conclama farmacêuticos



**FARMACÊUTICOS
CONTRA A DENGUE**

Zika e Chikungunya

A proliferação da dengue em todo o Estado e ainda a manifestação de novas doenças despertou no CRF-SP a necessidade de ampliar e adaptar a campanha “Farmacêuticos contra a dengue”, que agora passa a chamar “Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya”. Em 2015, foram 1,59 milhão de casos de dengue e 374 de chikungunya. Já quanto ao zika, apesar de o Ministério da Saúde não ter concluído os dados, sabe-se que 18 municípios brasileiros estão infestados.

A ideia é que o farmacêutico contribua ativamente no combate a essas doenças, participando da campanha promovida pelo CRF-SP, que prepara os profissionais interessados com uma capacitação

elaborada por especialistas que destaca as diferenças entre as doenças, formas de diagnóstico, cuidados, prevenção, homeopatia, fitoterapia e informações sobre uso de repelentes.

A primeira capacitação foi realizada em 17/02/16, na sede do CRF-SP e transmitida para 21 seccionais do Estado e agora está disponível a todos os inscritos no CRF-SP, por meio da Academia Virtual de Farmácia (<http://ensino.crfsp.org.br>), no ícone “Capacitação”.



FOTO: RENATA GONÇALEZ

Assessora técnica do CRF-SP, dra. Amouni Mourad, concede entrevista para TV Bandeirantes sobre a campanha Farmacêuticos contra a Dengue, Zika e Chikungunya

Para participar, caso ainda não possua senha para acessar a ACADEMIA VIRTUAL DE FARMÁCIA, entre em contato com o CRF-SP: secol@crfsp.org.br

POR DENTRO DA CAMPANHA



Ferramentas oferecidas pelo CRF-SP

- Palestras de capacitação;

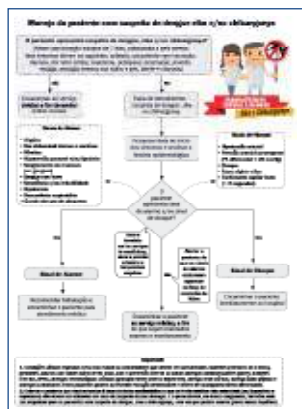


FOTOS: MÔNICA NERI

- Manual de orientação com informações técnicas*;
- Folder orientativo (download no portal www.crfsp.org.br - menu à esquerda – Campanhas)*;



- Protocolo para manejo de pacientes com suspeita de dengue, zika e chikungunya*;



- Material para ministrar palestras à população*;

* Podem ser obtidos no portal www.crfsp.org.br.

Atenção ao uso de medicamentos

Nos casos de dengue, zika vírus ou chikungunya, o farmacêutico deve orientar o paciente a ingerir muito líquido como água, sucos, chás e soros caseiros. Os sintomas podem ser tratados com dipirona ou paracetamol.

Quanto ao uso de medicamentos, existem riscos que devem ser observados como no caso dos que contêm ácido acetilsalicílico (importante estar atento já que muitos medicamentos possuem na sua composição) e os anti-inflamatórios não esteroidais, que podem aumentar o risco de hemorragias.

Em todas as situações, deve-se alertar para o risco da automedicação, já que qualquer medicamento pode apresentar algum tipo de reação e, por conta



INGIMAGE

Medicamentos como anti-inflamatórios não esteroidais ou que contêm ácido acetilsalicílico devem ser evitados nesses casos

disso, a orientação do farmacêutico se torna fundamental para evitar que o medicamento mascare uma outra condição de saúde.

		DENGUE	CHIKUNGUNYA	ZIKA
PRINCIPAIS SINTOMAS	FEBRE	Sempre presente: alta e de início imediato	Quase sempre presente: alta e de início imediato	Pode estar presente: baixa
	ARTRALGIA (DORES NAS ARTICULAÇÕES)	Quase sempre presente: dores moderadas	Presente em 90% dos casos: dores intensas	Pode estar presente: dores leves
	RASH CUTÂNEO (MANCHAS VERMELHAS NA PELE)	Pode estar presente	Pode estar presente	Quase sempre presente
	PRURIDO (COCEIRA)	Pode estar presente: leve	Presente em 50 a 80% dos casos: leve	Pode estar presente: de leve a intensa
	VERMELHIDÃO NOS OLHOS	Não está presente	Pode estar presente	Pode estar presente

FONTE: AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS (ADAPTADA)



REPELENTE: SEM INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO É MENOR

Nesse momento de corrida às farmácias atrás de repelentes, é novamente a orientação do farmacêutico que pode fazer a diferença. Se utilizados da forma incorreta e, principalmente, sem conhecimento sobre o tempo de duração, esses produtos podem dar a sensação de proteção, quando, na verdade, o paciente continua exposto. Confira, abaixo, perguntas e respostas sobre o tema:

Quais os repelentes de uso tópico são indicados para prevenção?

De acordo com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) as substâncias repelentes n,n-Dietil-meta-toluamida (DEET), Hydroxyethyl isobutyl piperidine carboxylate (Icaridin ou Picaridin) e Ethyl butylacetylaminopropionate (EBAAP ou IR3535), além de óleos essenciais, como citronela, são reconhecidamente seguros para uso em produtos cosméticos conforme compêndios de ingredientes cosméticos internacionais.

Quais substâncias repelentes podem ser aplicadas em gestantes e crianças?

De acordo com nota técnica da Anvisa, estudos conduzidos em humanos durante o segundo e o terceiro trimestre de gestação e em animais durante o primeiro trimestre, indicam que o uso tópico de repelentes à base de DEET por gestantes é seguro. Produtos à base de DEET não devem ser usados em crianças menores de 2 anos. Em crianças entre 2 e 12 anos, a

concentração deve ser no máximo 10% e a aplicação deve se restringir a três vezes por dia. Concentrações superiores a 10% são permitidas para maiores de 12 anos. Nenhum repelente pode ser aplicado em bebês menores de seis meses.

Como usar o repelente e com qual frequência?

O Ministério da Saúde recomenda que os repelentes devem ser aplicados nas áreas expostas do corpo. Devem ser reaplicados de acordo com a indicação de cada fabricante e em caso de suor excessivo ou contato com água. Para aplicação da forma spray no rosto ou em crianças, o ideal é aplicar primeiro na mão e depois espalhar na área desejada, lembrando sempre de lavar as mãos com água e sabão depois da aplicação. Em caso de contato com os olhos, lavar imediatamente a área com água corrente.

Repelentes naturais são eficazes?

Para ser considerado eficaz, eles devem apresentar comprovação científica, que é um dos critérios para registro na Anvisa.

Existem outros tipos de repelentes além dos químicos?

Sim, outros tipos recomendados pela Organização Mundial da Saúde podem ser usados como coadjuvantes. Pulseira e adesivo à base de citronela são alguns exemplos. Há também, para as crianças e adultos, telas mosquiteiros tratadas com inseticidas.

FONTES: ANVISA; MINISTÉRIO DA SAÚDE, DRA. AMOUNI MOURAD (ASSESSORA TÉCNICA DO CRF-SP)

Repelentes disponíveis comercialmente no país, concentrações e tempo de ação estimado no Brasil

Princípio ativo	Produto (fabricante) e formas de apresentação	Concentração (%)*	Idade permitida*	Tempo de ação estimado*
DEET	Autan (Johnson Ceras) aerossol, loção, spray	6-9	> 2 anos	Até 2 horas
	OFF (Johnson Ceras) loção, spray	6-9	> 2 anos	Até 2 horas
	OFF kids (Johnson Ceras) loção	6-9	> 2 anos	Até 2 horas
	OFF (Johnson Ceras) aerossol	14	> 12 anos	Até 6 horas
	Super Repellex (Reckitt Benckis) spray, loção aerossol	14,5 11,05	> 12 anos	Até 6 horas
	Super Repellex kids gel (Reckitt Benckis)	7,34	> 2 anos	Até 4 horas
Icaridina	Exopis adulto (Osler) gel, spray	50	> 12 anos	Até 5 horas
	Exopis Extreme (Osler) spray	25	> 10 anos	Até 10 horas
	Exopis infantil (Osler) spray	25	> 2 anos	Até 10 horas
IR3535	Loção antimosquito (Johnson & Johnson)	**	> 6 meses	Até 4 horas
Óleo de citronela	Citromim spray (Weleda)	1,2	> 2 anos	Até 2 horas

FONTE: REPELENTE DE INSETOS: RECOMENDAÇÕES PARA USO EM CRIANÇAS - INSECT REPELLENTS: RECOMMENDATIONS FOR USE IN CHILDREN - GERMANA PIMENTEL STEFANI, ANTONIO CARLOS PASTORINO, ANA PAULA B. M. CASTRO, ANGELA BUENO F. FOMIN, CRISTINA MIUKI A. JACOB- REV PAUL PEDIATR 2009; 27(1): 81-9.

FORMANDOS DE FARMÁCIA

Presidente do CRF-SP é homenageado como patrono

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, foi homenageado em Mogi Guaçu, em dezembro, pelos formandos de Farmácia das Faculdades Integradas Maria Imaculada, que o escolheram como patrono.

Entre as autoridades, estava o prefeito, Walter Cerveanha, que elogiou a presença do dr. Pedro. “O trabalho de um conselho regional é de suma importância para todo o Estado e termos a representatividade de um presidente no município mostra como a nossa educação tem evoluído”.

Dr. Pedro sentiu-se honrado com a escolha: “Agradeço aos formandos por me concederem essa especial

distinção. Isso é um reforço positivo, que me dá forças para continuar lutando pelo que acredito e pela valorização de nossa profissão”.

Por Mônica Neri



FOTO: MÔNICA NERI

Dr. Pedro recebe placa de homenagem

BOEHRINGER

CRF-SP realiza palestra sobre ética

Para homenagear o Dia do Farmacêutico, o laboratório farmacêutico Boehringer Ingelheim do Brasil reuniu seus farmacêuticos em Itapeverica da Serra, em janeiro, para um evento com a presença do presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, que ministrou uma palestra sobre ética e valorização profissional.

De acordo com dr. Pedro, qualquer que seja o segmento que o farmacêutico atue, é importante que esse o faça com ética. “Desse modo, a empresa o valoriza por sua postura profissional e a sociedade o reconhece pelo seu papel para a saúde”, afirmou.

A responsável pelo evento e farmacêutica da Boehringer, dra. Vanessa Hinz, reforçou que o reconhecimento do farmacêutico dentro de uma categoria

fortalece a profissão e contribui para a própria valorização perante a sociedade.

Por Mônica Neri



FOTO: MARCELO CUNHA

Dr. Pedro Menegasso ministra palestra sobre valorização profissional para 78 farmacêuticos e 18 estagiários de Farmácia

COMENDA DO MÉRITO FARMACÊUTICO

Vice do CRF-SP, dra. Raquel recebe homenagem do CFF

Celebrado em 20 de janeiro, o Dia Nacional do Farmacêutico foi também a data escolhida pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) para homenagear profissionais com notáveis serviços prestados ao país, no exercício da profissão, além de autoridades, cidadãos e instituições merecedoras deste reconhecimento.

Neste ano, um dos 26 homenageados foi a vice-presidente do CRF-SP, dra. Raquel Rizzi, que recebeu a medalha das mãos do presidente, dr. Pedro Menegasso, e do conselheiro federal por São Paulo, dr. Marcelo Polacow. A solenidade foi realizada em Brasília, em janeiro passado.

(Por Mônica Neri e Renata Gonzalez, com informações do CFF)



FOTO: YOSIKAZU MAEDA/CFF

Dr. Pedro Menegasso, dra. Raquel Rizzi e dr. Marcelo Polacow

SAÚDE BRASIL

Série aborda Educação Farmacêutica em oncologia

A série educativa Saúde Brasil lança sua nova edição. Dessa vez, o tema abordado é Cuidados Farmacêuticos em Oncologia.

Composta por vídeos educativos e cartilhas, a série traz informações sobre vários temas relacionados à área, como: fundamentos em oncologia, cuidados farmacêuticos em oncologia, qualidade dos medicamentos em oncologia, segurança do paciente: evitando erros de medicação, atenção farmacêutica, biossegurança, legislação farmacêutica em oncologia e papel do far-



Kit é composto por vídeos educativos e cartilhas

FOTO: THAIS NORONHA

macêutico na escolha de terapias e acompanhamento do tratamento.

O material foi produzido com o apoio da Novartis Oncologia e será distribuído gratuitamente para profissionais que atuam na área. Os interessados em receber o kit devem entrar em con-

tato com a Saúde Brasil pelo e-mail gil@saudebrasil-net.com.br ou com o CRF-SP pelo tel (11) 3067-1494 e e-mail: comunicacao@crfsp.org.br.

Por Mônica Neri

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Diretor do CRF-SP ganha assento em Santo André



O prefeito de Santo André, Carlos Grana e dr. Marcos Machado, diretor-tesoureiro do CRF-SP

Os farmacêuticos de Santo André e região passam a ter um representante para sensibilizar os gestores públicos sobre a importância da assistência farmacêutica. O diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Marcos Machado Ferreira, representará a entidade no Conselho Municipal de Saúde de Santo André.

É primeira vez que o CRF-SP é eleito para ocupar o cargo, que foi disputado por meio de eleição com os conselhos de Medicina e Odontologia.

A cerimônia de posse dos conselheiros aconteceu em janeiro, na sede da Prefeitura. De caráter permanente e deliberativo, o Conselho Municipal de Saúde integra a estrutura básica das Secretarias de Saúde e é um importante mecanismo de controle social, além de ter papel fundamental na elaboração e fiscalização das políticas públicas de saúde.

Para o dr. Marcos Machado, abrir esse espaço para a categoria farmacêutica, pela primeira vez, em um município importante como Santo André, é uma alegria imensa. “Mesmo que mude a administração, o mandato continua por dois

anos, então é uma conquista enorme porque, por meio desse órgão deliberativo, podemos tentar implantar as políticas farmacêuticas voltadas para a população. Há uma carência nesse setor”.

O prefeito de Santo André, Carlos Grana, e o secretário de Saúde, dr. Homero Nepomuceno, destacaram o quanto a categoria farmacêutica pode agregar ao município. “A presença e a importância do farmacêutico são fundamentais, são profissionais diretamente ligados à saúde da região, portanto, têm muito a contribuir e colaborar com o desenvolvimento do Conselho”, disse o prefeito. Já o dr. Homero enfatizou “a vinda do farmacêutico para a saúde pública trouxe diferencial porque ele atua em todas as áreas do sistema. Ele traz uma noção muito boa de gestão, logística, custo/benefício. Estou muito satisfeito com a presença do farmacêutico na saúde pública.”



Dr. Homero Nepomuceno, secretário de Saúde, dra. Karine Rocha, coordenadora da assistência farmacêutica de Santo André e dr. Marcos Machado

A reunião ordinária mensal do Conselho Municipal de Saúde é aberta à população, para discutir coletivamente a construção e os caminhos do SUS (Sistema Único de Saúde) na cidade.

Por Thais Noronha

O prejuízo da desonestidade e o lucro da **ética**

Professor-doutor da Unicamp fala à Revista do Farmacêutico que brasileiros vivem numa encruzilhada ética



FOTO: DIVULGAÇÃO

P principal atração do seminário ‘Farmácia: Que futuro estamos construindo?’, evento realizado no Dia do Farmacêutico (20/1) como parte da programação do XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos, o professor-doutor da Unicamp e historiador Leandro Karnal falou para um auditório lotado sobre questões éticas do cotidiano e do convívio profissional e social. Na entrevista concedida

à Revista do Farmacêutico, ele aprofunda a reflexão sobre a relação que existe entre a ética do povo brasileiro e da classe política do país e afirma: “Só relações éticas interpessoais e profissionais podem construir negócios sólidos e relações duradouras.”

Leia nas páginas seguintes os principais pontos.

Por Carlos Nascimento



“

NÃO ADIANTA ESTABELECEER UMA LEI BOA E IR DORMIR. O PREÇO DA LIBERDADE E DOS DIREITOS É A ETERNA VIGILÂNCIA.

“

Revista do Farmacêutico – Como o senhor analisa o chamado “jeitinho brasileiro” e sua relação com o momento político do país?

Leandro Karnal - Estamos sendo confrontados com a nossa consciência moral num plano maior. Acho que o Pinóquio está dialogando com o Grilo Falante. Passamos muito tempo achando que tudo era válido e vemos agora as consequências dessa noção. É um momento único que pode transformar o país. Falta uma compreensão maior de que governos éticos nascem de sociedades éticas. Assim, delitos menores e sem relevância enorme, como andar pelo acostamento, não causam e nem são comparáveis a grandes delitos como roubo da verba da merenda escolar num sistema educacional. Porém, estão na mesma pirâmide da vantagem e do jeitinho.

RF - Nesse contexto, como o senhor enxerga o apelo à ética que, de tempos em tempos, domina o debate no Brasil?

LK - De tempos em tempos sempre parece um pouco pessimista, pois implica quase dizer que é uma moda passageira. O preço da ética é a ação constante. Se prendermos os atuais corruptos e descansarmos, tudo estará como sempre em pouco tempo.

RF - É possível mudar alguma coisa a partir desses movimentos?

LK - Sim. Importante ressaltar: toda história humana é feita por homens. Isto significa dizer: nada é fixo ou imutável. Tudo pode melhorar ou piorar sempre. Nós não pensávamos em uso racional de água há dez anos e hoje todos pensam e alguns fazem isso. Foi

uma mudança, nascida da educação e da necessidade. O mesmo pode ser dito de várias questões. Podemos sempre reconstruir nosso mundo e partir de novos valores. Nada é eterno em História.

RF - Os farmacêuticos venceram recentemente uma batalha de 20 anos, ao conseguirem aprovar a nova lei 13.021/14. De tempos em tempos, surge no Congresso uma nova lei ou medida provisória para derrubar essa conquista. Como o senhor analisa a postura dos empresários nessa questão?

LK - Volto à questão: nenhuma vitória é permanente. Não adianta estabelecer uma lei boa e ir dormir. O preço da liberdade e dos direitos é a eterna vigilância. Funciona como mandar filho escovar os dentes: se você mandar uma vez e largar, todo filho será um banguela. Conseguiram o direito? Perfeito, parabéns à organização da categoria. Agora: pressão para manter e para ampliar.

RF - Como o senhor enxerga o duelo entre o farmacêutico que luta para combater a automedicação, restringindo, muitas vezes, o volume de vendas da farmácia, e o empresário, que busca na “empurroterapia” uma maneira de alavancá-lo?

LK - Sempre o choque entre lucro e ética. Mas há uma novidade: hoje a ética dá lucro. Uma empresa idônea é considerada confiável e isso provoca um afluxo maior de consumidores. Quando o lucro desenfreado toma conta, ele funciona sim, mas não por muito tempo. Cativar clientes não é apenas recomendar aspirinas, mas deixar claro que o objetivo da far-

mácia é a saúde, e, para isso, o lucro vem depois. Sei que na prática é um pouco mais difícil. Pela nossa tradição hipocondríaca e de automedicação, não se trata de empurrar nada, apenas impedir que coisas muito equivocadas sejam compradas.

RF - Nós, brasileiros, somos mais gananciosos em atividades comerciais?

LK - Temos uma sede pelo lucro imediato. Mas surge uma postura imediata, do trabalho de médio e longo prazo. De novo: cresce a consciência de que compromissos de sustentabilidade, práticas éticas e outras questões podem agregar valor à marca. Nossos impostos são altos, mas o mais importante: não vemos retorno.

RF - Como o senhor analisa os sistemas de saúde brasileiro público e privado do ponto de vista ético?

LK - Um problema grave. Do ponto de vista otimista: somos o maior sistema público de saúde gratuita do mundo. Claro que não é gratuita, de fato. Custa muito, mas temos. Talvez o sistema de saúde erre por permitir coisas como aposentadorias precoces, pois no Brasil preferimos ampliar a faixa de atendimento do que melhorar a qualidade dele. Talvez a boa fórmula seja aumentar um pouco a eficácia e sustentabilidade econômica da previdência e diminuir a eficácia de lucro dos planos privados. Cada sistema pode aprender muito com o outro.

RF - Quais são as características principais de um farmacêutico ético, em sua opinião de especialista em ética e também de paciente?

LK - Primeiro passo é mirar na atividade fim. O fim de médicos, de enfermeiros, de farmacêuticos e outros é a saúde das pessoas. Quando perdemos foco na atividade fim, começamos a fazer concessões. Segundo, é lembrar que a desonestidade funciona num primeiro instante, mas não para sempre e que só a vida ética é a vida válida. Só relações éticas interpessoais

e profissionais podem construir negócios sólidos e relações duradouras.

RF - Se o senhor fosse um profissional absolutamente ético, mas trabalhasse para uma empresa corrupta, qual seria a sua atitude?

LK - Os malfeitores, diz Etienne de la Boetie, não têm amigos, apenas cúmplices. Eles não se respeitam. Logo, quem fere o direito do público, em pouco tempo, ferirá o seu. Quem rouba, vai roubá-lo. Quem é desonesto vai dirigir isso para você também. Então, um bom motivo para sair desse tipo de empresa-armadilha é que você também será vítima.

RF - Para finalizar, retomemos às perguntas iniciais: que história será contada sobre esse período do Brasil no futuro?

LK - Impossível prever futuro. Historiador não é profeta. Mas eu digo a que eu gostaria de estudar: 2015/2016 foram os anos nos quais os brasileiros começaram a virar a mesa da corrupção política neste país.

“
HOJE A ÉTICA DÁ LUCRO.
UMA EMPRESA IDÔNEA É
CONSIDERADA CONFIÁVEL
E ISSO PROVOCA UM
AFLUXO MAIOR DE
CONSUMIDORES.
”



“Impossível prever futuro. Mas eu digo que eu gostaria de estudar: 2015/2016 foram os anos nos quais os brasileiros começaram a virar a mesa da corrupção”

Assistência farmacêutica medalha de ouro

Conheça alguns dos voluntários selecionados para trabalhar na farmácia do maior evento esportivo do mundo e a maratona que eles enfrentarão nos Jogos



Dr. Luis Sérgio Nunes é coordenador do setor farmacêutico dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016



Imagine que a farmácia onde você trabalha atenda, em 31 dias de funcionamento, mais de 20 mil pessoas, 14.850 delas atletas para os quais um simples comprimido pode fazê-lo perder uma medalha. Pense que a segurança no transporte dos medicamentos deve ser máxima. Acrescente a tudo isso o fato de os seus pacientes serem de 206 países diferentes, com idiomas, culturas e inclusive hábitos próprios de automedicação.

Se apenas essas informações já fizeram o leitor pensar duas vezes antes de aceitar o emprego, saiba que

não são nada perto do desafio que enfrentará um grupo seletivo de farmacêuticos que trabalharão nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, realizados respectivamente de 5 e 21 de agosto e de 7 a 18 de setembro, no Rio de Janeiro.

“Só existe outro evento que exija a mobilização logística das Olimpíadas, a guerra”, diz o dr. Luís Sérgio Nunes, de 38 anos, coordenador do setor farmacêutico, cargo que divide, há dois anos, com os empregos de militar do Corpo de Bombeiros carioca e gestor corporativo de suprimentos da Amil. Para ele, o que chamou

“SÓ EXISTE OUTRO EVENTO QUE EXIJA A MOBILIZAÇÃO LOGÍSTICA DAS OLIMPÍADAS, A GUERRA”

DR. LUIS SÉRGIO NUNES



atenção do comitê organizador para selecioná-lo foram o projeto que apresentou e o fato de ser um especialista devotado em logística.

FOTOS: PABLO KOURY



Dra. Cátia Cristina Gomes Gonçalves é especializada em Vigilância Sanitária em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Cecovisa)

O esforço para garantir total segurança na distribuição dos medicamentos incluiu itens que poucos aprendem numa faculdade. “Na verdade, a experiência desenvolvida, os intercâmbios de conhecimentos entre países durante todo esse tempo, já rendeu artigos e estudos de outras Olimpíadas, que foram aproveitados, e certamente a do Rio também renderá”, considera.

Para se ter uma ideia, os pontos de distribuição incluem a farmácia da policlínica da Vila Olímpica,

mais de 120 postos espalhados pelo local e um número ainda não fechado de mochilas térmicas, que permanecerão nos locais de prova, com medicamentos termolábeis e de parada cardiorrespiratória, abastecidas por farmacêuticos. Os atletas atendidos – e os parentes, que eles chamam de “família olímpica” – terão toda e qualquer substância ingerida registrada em prontuário eletrônico e não estão autorizados a adquirir medicamentos fora da Vila.

Antes de chegar a esse nível de detalhe, foi preciso pensar antes no perfil dos pacientes. “Muitos entrarão no Brasil com medicamentos proscritos que são permitidos no país deles. Por isso, fomos obrigados a nos deter longamente sobre a elaboração de uma lista de medicamentos fundamentais que vai um pouco além do que temos aqui”, explica o dr. Nunes. Atletas e familiares terão esquema especial de recepção no aeroporto para registrar os medicamentos que carregarem na bagagem – trabalho também desenvolvido por farmacêuticos.

“A Vila Olímpica é área de segurança internacional. Trabalhar nesse evento deve ser motivo de orgulho e certamente o profissional brasileiro mostrará o seu valor e a sua capacidade técnica, como também terá um grande ganho de conhecimento”, afirma.

VOLUNTÁRIOS

As Olimpíadas são um dos maiores empreendimentos voluntários do planeta. De engenheiros a motoristas, cerca de 250 mil pessoas se inscreveram para trabalhar dos Jogos. “É muito desafiador”, diz a dra.

“PARTICIPAR DA PRIMEIRA [OLIMPÍADA] A SER REALIZAR NA AMÉRICA DO SUL REPRESENTA UM MARCO PROFISSIONAL E UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE DEMONSTRAR A CAPACIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO BRASILEIRO”

DRA. CÁTIA CRISTINA GOMES GONÇALVES



“SERVIR DE EXEMPLO COMO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO É O QUE MAIS ALMEJO, TANTO PARA FUTUROS PROFISSIONAIS QUANTO PARA A MINHA FAMÍLIA”

DR. GUILHERME CARVALHO DE FARIA

“

Cátia Cristina Gomes Gonçalves, de 33 anos, uma das profissionais selecionadas. “Participar da primeira [Olimpíada] a ser realizada na América do Sul representa um marco profissional e uma grande oportunidade de demonstrar a capacidade técnica do profissional farmacêutico brasileiro.”

“É uma oportunidade fantástica, um desafio que ainda nos assusta. Visão mundial, que poucos profissionais já pensaram em poder experimentar”, explica o dr. Gustavo Teixeira Lemos, de 36 anos, outro selecionado, que, além de farmacêutico, é biólogo.

Ambos os farmacêuticos creditam ao currículo e a um bom networking a oportunidade de pertencerem à equipe olímpica da farmácia. “Devido a minha formação e experiência profissional, pude integrar o grupo de consultoria de farmácia no planejamento e organização”, conta a dra. Cátia.

Ela é graduada em Farmácia com especialização em Farmácia Hospitalar pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialização em Vigilância Sanitária em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Cecovisa). O dr. Gustavo é coordenador de farmácia de organização social do Rio de Janeiro, que administra nove UPAs, três hospitais e clínicas da família, com quadro de 40 farmacêuticos plantonistas e 65 diaristas.

O bom currículo também é o forte do dr. Guilherme Carvalho de Faria, de 29 anos, farmacêutico generalista e homeopata. Os três passaram pelas fases de candidatura no site do evento, compostas por seleção online, inscrição, análise curricular e, na etapa final, foram entrevistados pelos gestores do setor de Serviços Médicos do Comitê Organizador Rio 2016.

“Participar desse evento representa uma oportuni-

dade única, uma experiência a ser levada para a vida toda”, define o dr. Guilherme.

ATENÇÃO ESPECIAL

Atender a um perfil tão variado de pacientes já seria tarefa para poucos. Mas o grupo decidiu ir além, desenvolvendo um atendimento educativo aos atletas, sob a forma de uma Atenção Farmacêutica especial.

“A tarefa de conscientização da consultoria farmacêutica para atletas e não atletas implica demonstrar o quanto pode ser nociva a prática do uso indistinto de substâncias e da automedicação, algumas alterações nas funções do corpo podem, inclusive, ser irreversíveis, e o uso de medicamentos para tratar efeitos colaterais podem ser para vida toda. Além disso, os efeitos psicológicos que o atleta pode sofrer após a descoberta por exames de doping, às ve-



Farmacêutico generalista e homeopata, dr. Guilherme Carvalho de Faria também participa do time dos farmacêuticos dos Jogos Olímpicos Rio 2016

“NAS DIVERSAS ENTREVISTAS DE RECRUTAMENTO QUE COSTUMO FAZER, MUITOS DOS NOVOS COLEGAS NÃO SÃO EXPRESSIVOS OU CRÍTICOS, MAS SE COLOCAM MUITO MAIS COMO OPERACIONAIS, SEGUIDORES DE ROTINA, DO QUE AQUELE PROFISSIONAL CRÍTICO COM VISÃO MACRO DE PROCESSOS”

DR. GUSTAVO TEIXEIRA LEMOS

“

zes, são desastrosos”, explica o dr. Guilherme.

A “consultoria” farmacêutica aos atletas, prossegue a dra. Cátia, “é de grande responsabilidade para os farmacêuticos, uma vez que são os responsáveis pela guarda, avaliação criteriosa na dispensação desses medicamentos e orientação farmacêutica”. “Deve fazer parte da rotina uma atitude educativa e instrutiva. De forma a não só advertir o atleta que solicite tais substâncias [que podem ser acusadas em exames antidoping], mas também a instruí-lo no que podem causar”, diz.

CARREIRA

Os três profissionais citam, cada qual a sua maneira, o desejo de serem referências para os farmacêuticos brasileiros como uma das maiores motivações para se inscreverem na seleção. “Servir de exemplo como profissional farmacêutico é o que mais almejo, tanto para futuros profissionais quanto para a minha família”, diz o dr. Guilherme.

Para atingir o pódio farmacêutico, os três têm opiniões firmes quanto ao perfil do profissional brasileiro e dão dicas sobre como se destacar na carreira. “Percebo uma atuação muito tímida, tanto pela visão dos demais, a falta de corporativismo com os colegas e uma formação não tão aplicada à prática”, analisa o dr. Gustavo. “Nas diversas entrevistas de recrutamento que costumo fazer, muitos dos novos colegas não são expressivos ou críticos, mas se colocam mui-

to mais como operacionais, seguidores de rotina, do que aquele profissional crítico com visão macro de processos”, considera.

A dra. Cátia enxerga um grande espaço para a atuação dos Conselhos, em relação a outros países, na regulamentação dos diversos âmbitos da profissão. “Hoje, existem vários segmentos e diferentes funções exercidas pelo farmacêutico, sendo que todas tendem a uma atuação onde o fundamental é garantir o bem-estar do paciente”, pondera. “Seja qual for o segmento de atuação, o importante é que o profissional esteja em constante atualização dos seus conhecimentos, para poder acompanhar o mercado. Exercer sua criatividade, inovar e criar novas oportunidades”, conclui.



FOTO: PABLO KOURY

Além de voluntário nos jogos, dr. Gustavo Teixeira é coordenador de farmácia de uma organização social do Rio de Janeiro

Por Wesley Alves

MULTIDÃO DE VOLUNTÁRIOS

Os jogos olímpicos são um evento realizado com profissionais voluntários. Confira, abaixo, os números de novembro do ano passado, quando foi anunciada a lista dos aprovados na seleção, e que poderão ser alterados:

Inscritos:

240 mil pessoas

Selecionados:

50 mil

82% brasileiros

18% de estrangeiros, de 151 países

Principais países de origem dos estrangeiros:

Reino Unido, Rússia e China

Dos brasileiros:

46% do Rio de Janeiro

21% de São Paulo

6% de Minas Gerais

4% do Distrito Federal

3% do Rio Grande do Sul

20% dos demais estados

Perfil:

55% mulheres

45% homens

40% até 25 anos

40% de 25 a 46 anos

20% a partir de 46 anos

Escolaridade

30% superior incompleto

25% superior completo

15% especialização completa

12% mestrado e doutorado

10% médio completo

5% médio incompleto

2% escola técnica completa

1% fundamental

Ocupação:

40% trabalham

38% estudam

8% são autônomos

5% aposentados

3% desempregados

1% domésticos

5% outros

Áreas:

Saúde, esportes, imprensa e comunicação, apoio operacional, protocolo e idiomas, transporte, atendimento ao público, tecnologia e produção de cerimônias

Farmacêuticos:

Cerca de 60 profissionais



INGIMAGE

Em parceria com entidades como o CRF-SP, ABCD quer coibir doping no país

O termo doping designa a prática ilegal de burlar resultados em competições esportivas, potencializando artificialmente as habilidades físicas de atletas que utilizam substâncias como esteroides anabólicos andrógenos (ou anabolizantes), anfetaminas, diuréticos e a eritropoietina (EPO), entre outras, cometendo grave infração, apontada pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) e pela Agência Mundial Antidoping (Wada).

No Brasil, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) é a entidade responsável



Dr. Marco Aurélio Klein, secretário nacional da ABCD

pela qualificação, treinamento e certificação dos profissionais brasileiros que trabalharão nos Jogos

Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A ABCD estabeleceu parceria com várias entidades para criar a listagem de medicamentos que exigem atenção e para orientar farmacêuticos de todo o país a respeito do doping. O CRF-SP participou de reunião com a Autoridade.

“Nosso maior desafio é trabalhar para proteger todos os atletas brasileiros, de todas as modalidades, dos riscos da dopagem. A meta é de que não tenhamos nenhum caso de dopagem entre os atletas das delegações brasileiras nos Jogos Rio 2016 e iremos seguir o padrão de análise estabelecido pela Wada, que diz como os testes devem ser feitos”, afirma o dr. Marco Aurélio Klein, secretário nacional da ABCD.

Casos envolvendo o doping de atletas têm pautado a mídia internacional com frequência. Recentemente veio a público o envolvimento do lutador Anderson



FOTO: INCIIMAGE

Divulgada pela ABCD, a listagem de medicamentos que exigem atenção dos farmacêuticos e atletas para evitar casos não intencionais de doping nos Jogos Olímpicos está disponível no portal www.crfsp.org.br

Silva, condenado por doping pela Agência Antidoping dos Estados Unidos (Usada), entidade análoga à ABCD, pelo uso de substância proibida durante competição ofi-

O DOPING PODE SER CARACTERIZADO COMO DIRETO, QUANDO INTENCIONALMENTE SE AGE DE FORMA FRAUDULENTO, OU INDIRETO, QUANDO O ATLETA FAZ INADVERTIDAMENTE USO DE SUBSTÂNCIAS, SEM TER CONHECIMENTO.

“

cial do MMA em janeiro de 2015.

O doping pode ser caracterizado como direto, quando intencionalmente se age de forma fraudulenta, ou indireto, quando o atleta faz inadvertidamente uso de substâncias, sem ter conhecimento.

Klein foi um dos participantes do Simpósio “Avaliação Toxicológica da Exposição às Substâncias Químicas”, evento que integrou a programação do XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo. Para o secretário, a cooperação entre CRF-SP e ABCD tem sido importante no planejamento das ações de proteção ao atleta contra os riscos da dopagem involuntária. “O CRF-SP tem papel relevante nessa proteção, mantendo seus profissionais alertas no atendimento às demandas de atletas ou de suas equipes técnicas e de apoio”.

A Lista de Substâncias e Métodos Proibidos da ABCD, que contém todas as substâncias ou métodos proibidos no esporte, capazes de promover alterações físicas ou psíquicas que aumentam o rendimento do atleta está disponível no endereço www.abcd.gov.br e também pode ser acessada pelo portal www.crfsp.org.br.

O Código Mundial Antidopagem



FOTO: INGIIMAGE

A meta brasileira é coibir os casos de dopagem entre os atletas das delegações do país nos Jogos Rio 2016

estabelece infrações e penalidades impostas não só aos atletas e equipe técnica, mas também aos treinadores ou médicos envolvidos nos casos de dopagem comprovada.

Segundo o presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, os dobramentos da cooperação CRF-SP e ABCD contribuem efetivamente tanto na capacitação de farmacêuticos que atuam na área

de análises toxicológicas, sendo responsáveis pelas análises de controle antidopagem, quanto na capacitação dos farmacêuticos que atuam na cadeia do medicamento responsáveis pela dispensação e manipulação de produtos que podem conter fármacos ou substâncias que estão relacionadas na lista de substâncias proibidas preconizadas pelas entidades de controle antidopagem no esporte, especificamente àquelas mencionadas no site.

“No caso da dispensação dos medicamentos, sejam eles industrializados ou manipulados, alopatícos ou fitoterápicos, o farmacêutico, sabendo que se trata de um atleta e conhecendo a lista das substâncias e métodos proibidos, bem como a farmacocinética e a farmacodinâmica, poderá orientá-lo com relação à possibilidade do uso do medicamento ou não, sob o aspecto do controle da dopagem, bem como alertá-lo dos riscos associados ao uso não racional que muitas vezes tem sido praticado no esporte em busca de melhores desempenhos nas provas esportivas”, concluiu.

Por Wesley Alves

ESTÍMULOS PROIBIDOS

Doping refere-se ao uso de substâncias e métodos em geral que melhoram a performance e são proibidas pelas organizações que regulam as competições esportivas. É considerado antiético devido à ameaça à saúde, à busca de igualdade de condições de disputa e ao efeito exemplar que o esporte limpo tem sobre o público. Os quatro tipos mais comuns de dopagem estão descritos a seguir.

Hormônios

São substâncias químicas que transferem informações e instruções entre as células, em animais e plantas. Os hormônios regulam o crescimento, o desenvolvimento, controlam as funções de muitos tecidos, auxiliam as funções reprodutivas e regulam o metabolismo (processo usado pelo organismo para produzir energia a partir dos alimentos).

EPO

A EPO (abreviação de eritropoietina) é um hormônio secretado pelo rim que estimula a medula óssea a elevar a produção de células vermelhas do sangue. Assim, ocorre um aumento na capacidade de transporte de oxigênio pelo sangue e isso significa mais potência nos músculos para a produção de energia, o que melhora a performance de ciclistas, corredores de longa distância e outros atletas de resistência. Os atletas costumam utilizar a versão sintética de EPO, produzida para tratar pacientes com mau funcionamento dos rins, câncer e AIDS.

Estimulantes

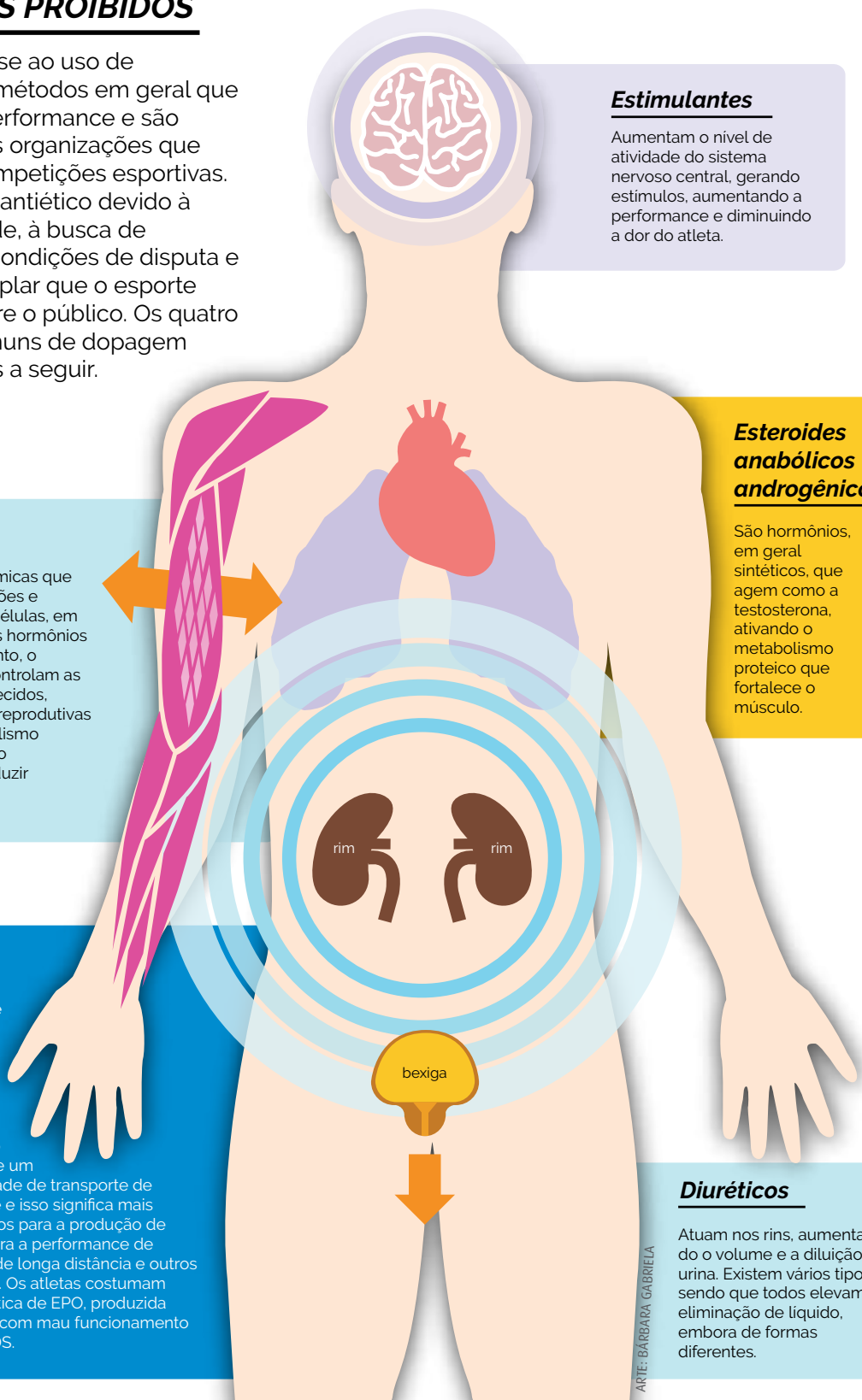
Aumentam o nível de atividade do sistema nervoso central, gerando estímulos, aumentando a performance e diminuindo a dor do atleta.

Esteroides anabólicos androgênicos

São hormônios, em geral sintéticos, que agem como a testosterona, ativando o metabolismo proteico que fortalece o músculo.

Diuréticos

Atuam nos rins, aumentando o volume e a diluição da urina. Existem vários tipos, sendo que todos elevam a eliminação de líquido, embora de formas diferentes.



ARTE: BÁRBARA GABRIELA

Em dia com a legislação

A partir dessa edição, a Revista do Farmacêutico passa a listar as principais normativas publicadas no período. É fundamental que o farmacêutico acompanhe e esteja sempre atento às mudanças que estão relacionadas à profissão.

As dúvidas podem ser esclarecidas com o setor Orientação Farmacêutica: (11) 3067-1470 ou orientacao@crfsp.org.br.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- **Portaria nº 111, publicada em 28 de janeiro de 2016**
Dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPP).

ANVISA

- **RDC nº 58, publicada em 21/01/2016**
Altera a Resolução - RDC n.º 302, de 13 de outubro de 2005, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.
- **INT nº 6, publicada em 21/12/2015**
Dispõe sobre a prorrogação do prazo relativo ao registro de insumo farmacêutico ativo estabelecido no inciso III do art. 3º da Instrução Normativa - IN n.º 3, de 28 de junho de 2013.



Informe Publicitário

O CRF-SP não se responsabiliza pelo conteúdo.

www.ipessp.edu.br



O mercado exige excelência e profissionalismo.
IPESSP - Sinônimo de ensino altamente qualificado.

Uma instituição dirigida por renomados médicos que possui 90% de seus professores com o título de mestres e doutores. Em nossos cursos o aluno aprende na prática dentro de modernos laboratórios.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA 2016

• **PÓS-GRADUAÇÃO:** Farmácia Estética, Farmácia Clínica e Prescrição, Farmácia Hospitalar e Oncologia, Administração Hospitalar, Hematologia e Hemoterapia Laboratorial, Análises Clínicas, Citometria de Fluxo e Imunologia

• **CAPACITAÇÃO:**
Citologia Hematologia - 100% Prático, Controle de Qualidade nos Laboratórios de Análises Clínicas, Capacitação em Análises Clínicas

• **ATUALIZAÇÃO:**
Coleta de Materiais Biológicos, Interpretação do Hemograma e Mielograma, Interpretação dos Exames Laboratoriais

Os cursos iniciam-se o ano todo e temos em todos os períodos:
MANHÃ, TARDE, NOITE E FINAIS DE SEMANA.

Certificado emitido por:



Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo

Alameda Franca, 1604 - Jardins • São Paulo/SP • Tel.: (11) 3539.5767

Faça do fiscal um aliado da sua **autonomia profissional**

FOTOS: MARCELO STAFFA



Inspecções fiscais: aproveite sempre a presença do farmacêutico fiscal do CRF-SP no estabelecimento para esclarecer dúvidas diversas

A publicação da Lei nº 13.021/14 foi um marco em diversos aspectos, porém, este artigo destacará um item que pode significar a diferença para a atuação do farmacêutico nas farmácias, que são as determinações sobre a autonomia técnica profissional.

A referida lei descreve que o proprietário não poderá desautorizar ou desconsiderar as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico, sendo responsabilidade do estabelecimento fornecer condições adequadas ao perfeito desenvolvimento de suas atividades profissionais. Dessa forma, nas questões técnicas, o proprietário leigo deve sempre nortear suas decisões nas orientações do farmacêutico, bem como os demais funcionários deverão receber treinamento e seguir as orientações desse profissional.

A Lei 13.021/14 também determina que o farmacêutico e o proprietário dos estabelecimentos farmacêuticos agirão sempre solidariamente, realizando todos os esforços para promover o uso racional de

medicamentos. Isso tornou passível a responsabilização do proprietário que tenha atitude omissa ou ação danosa que resulte em eventual prejuízo a terceiros.

A autonomia é uma dimensão intrínseca ao exercício profissional e está contemplada no conjunto normativo e regulatório da própria profissão; torna-se, portanto, um direito do farmacêutico. O Código de Ética determina que é proibido ao farmacêutico aceitar a interferência de leigos em seus trabalhos e em suas decisões de natureza profissional.

A palavra autonomia pode ser definida como “capacidade de governar-se pelos próprios meios; direito de um indivíduo tomar decisões livremente; independência moral ou intelectual”. No entanto, dentro do contexto da empresa, essa capacidade implica em possuir conhecimento técnico, legal e

mercadológico, habilidades de comunicação interpessoal, além de conhecer a cultura organizacional, para que o farmacêutico possa saber como se utilizar dos conhecimentos técnicos e legais em benefício da gestão da empresa, desempenhando um trabalho em prol da saúde dos pacientes. Ou seja, a autonomia é uma prática complexa, que envolve a relação com o próximo.

A autonomia não é fornecida ao profissional, ela é conquistada a cada situação e se manifesta diariamente pela responsabilidade, pelas decisões, pela postura, pelo comportar-se. A autonomia vem pela prática, pela experiência e envolve ter segurança e conhecimento para tomar a iniciativa nos momentos adequados, ter a capacidade de decidir, argumentar e, principalmente, se responsabilizar por suas ações, frente à empresa, sociedade e órgãos de fiscalização.

O farmacêutico rotineiramente deve documentar suas orientações de forma adequada, principalmente

quando sentir que sua autonomia está ameaçada. A recomendação é que sejam elaborados documentos escritos com seu posicionamento, suas orientações e determinações para os procedimentos técnicos. O profissional deve ficar com uma cópia com a data e assinatura de quem o recebeu. Outra possibilidade é o envio de e-mail ao proprietário ou superior imediato contendo as suas orientações, solicitando a confirmação do recebimento. Cada profissional deve se impor e exigir que seu conhecimento e orientações sejam respeitados. Ter autonomia é fundamental para solidificar as práticas profissionais.

É importante se utilizar de informações corretas no momento de cientificar o gestor ou colaboradores sobre os procedimentos. Para tanto, é possível fazer uso de informativos, pareceres e outros materiais disponibilizados pelo CRF-SP, que podem servir de reforço às orientações.

Dra. Raquel Rizzi, vice-presidente do CRF-SP, afirma que o momento da fiscalização da entidade pode ser muito adequado para reafirmar a necessidade de cumprimento da legislação e procedimentos de boas práticas, uma vez que o fiscal do CRF-SP é um alia-



Momento da fiscalização é adequado para reafirmar a necessidade de cumprimento da legislação e boas práticas

do do profissional e pode confirmar as diretrizes já fornecidas pelo farmacêutico ao proprietário, gestor e colaboradores, auxiliando na construção da autonomia do farmacêutico.

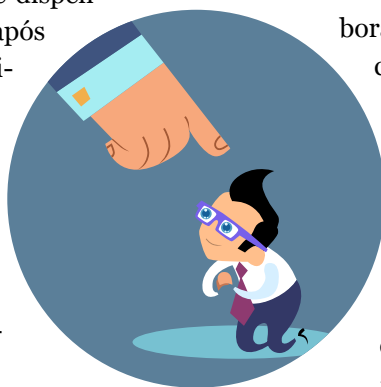
Acesse o portal do CRF-SP (www.crfsp.org.br) e verifique os conteúdos que poderão embasar as condutas e orientações do farmacêutico. Em caso de dúvidas, entre em contato com o Setor de Orientação Farmacêutica (orientacao@crfsp.org.br, 11 3067 1470 ou chat online via portal).

Por Departamento de Fiscalização

FIQUE ATENTO

Situações que denunciam a falta de autonomia profissional

- Decisões técnicas do farmacêutico contrariadas por colaboradores não farmacêuticos;
- Prescrições que são atendidas e dispensadas no estabelecimento mesmo após o farmacêutico ter avaliado o receituário e identificado problemas que inviabilizam a dispensação (ausência de data; presença de rasuras; descrição de posologia e quantidade do medicamento que possam gerar dúvidas quanto ao uso racional e real quantidade necessária ao paciente etc);
- Guarda dos medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS nº 344/98 não ser exclusiva do farmacêutico;
- Política de valorização e reconhecimento profissional do estabelecimento que observa somente o número de atendimentos realizados por colaborador e muitas vezes proíbe o farmacêutico de prestar atendimentos de atenção farmacêutica que demandam tempo;
- Estabelecimento exige que o farmacêutico deixe suas senhas de acesso aos sistemas informatizados disponíveis para demais funcionários;
- Falta de permissão ou de tempo para que o farmacêutico oriente e treine de forma adequada os colaboradores.



Atenção ao salicilato

Vilão em caso de dengue, o ácido acetilsalicílico também exige cuidados por interagir com outros medicamentos

Certamente, o ácido acetilsalicílico, principal salicilato, é um dos medicamentos mais lembrados quando se trata de dor de cabeça, por exemplo. Indicado para dores de intensidade leve a moderada como as de dente, garganta, costas e articulações, também importante na terapia do infarto

do miocárdio, requer atenção em relação às interações.

O ácido acetilsalicílico é resultado da síntese entre ácido salicílico e anidrido acético, descoberta pelo químico Felix Hoffmann, da Bayer, em 1897. Dois anos depois, a empresa obteve patente com o nome de Aspirina®. Esse medicamento,

isento de prescrição, muda seus efeitos de acordo com a dose utilizada. A partir de 500mg, exerce seus efeitos anti-inflamatório, antipirético e analgésico. Quando usado em doses mais baixas, 100mg ou 200mg, inibe a ação das plaquetas do sangue.

Essa ação que inibe a função das plaquetas torna o medicamento contraindicado para pacientes com dengue ou qualquer outra doença que curse com plaquetas baixas como a púrpura trombocitopênica idiopática. Com a dengue, o número de plaquetas pode baixar e, se o ácido acetilsalicílico desativá-las, o risco de complicação hemorrágica pode se intensificar.

Ele também não deve ser tomado em caso de doenças como catapora (varicela) e gripe, principalmente por crianças e adolescentes, devido ao risco do aparecimento da síndrome de Reye, doença grave que ocasiona edema cerebral e insuficiência hepática fulminante. É preciso atentar-se também para o uso crônico de ácido acetilsalicílico em doses de 3-4 vezes/dia, o que pode acarretar anemia ferropriva.

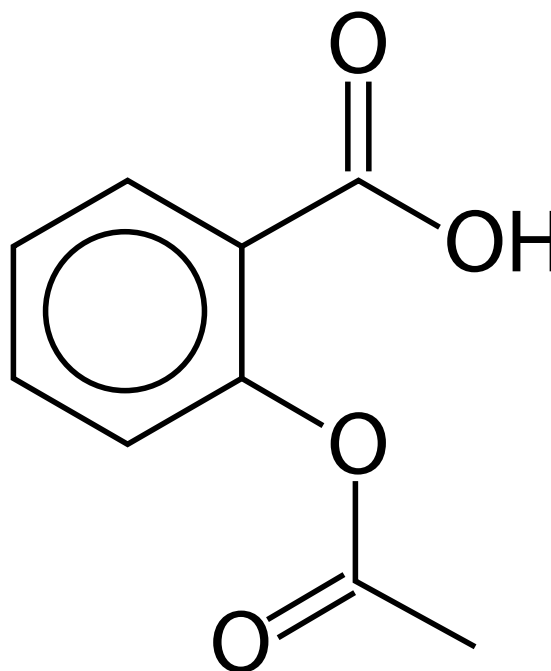


REAÇÕES ADVERSAS

Os efeitos adversos do ácido acetilsalicílico são extremamente raros em baixas doses. Em doses terapêuticas, é comum a ocorrência de algum sangramento gástrico, geralmente mínimo.

Já em doses mais altas, pode ocorrer tonteira, surdez e zumbido (“salicilismo”), além de alcalose respiratória compensada. Em doses tóxicas, pode haver acidose respiratória não compensada com acidose metabólica, particularmente em crianças. Pacientes com sangramento ou distúrbios hemorrágicos ativos significativos não devem utilizar o medicamento, pois pode interferir na coagulação por inibir a agregação plaquetária irreversível e prolongar o tempo de sangramento.

Por Thais Noronha (com informações da assessora técnica do CRF-SP, dra. Amouni Mourad)



PRINCIPAIS INTERAÇÕES DO ÁCIDO ACETILSALICÍLICO

Com ácido fólico – Pode diminuir a absorção do ácido, componente essencial para o organismo cuja falta pode levar à anemia megaloblástica.

Com metotrexato - Pode aumentar os níveis séricos e a toxicidade do metotrexato.

Com o ácido valproico - Pode deslocar o ácido valproico dos sítios de ligação, o que pode acarretar toxicidade.

Com agentes antiplaquetários, agentes trombolíticos, anticoagulantes orais (varfarina, heparina e heparinas de baixo peso molecular) - Pode aumentar o risco de sangramento.

Com verapamil – Pode prolongar o tempo de sangramento.

Com AINEs - Pode causar redução da concentração sérica dos AINEs.

Com ibuprofeno e provavelmente outros inibidores da COX-1 – Esses medicamentos podem reduzir os efeitos cardioprotetores do ácido acetilsalicílico.

Com alimentos - Pode fazer com que o medicamento demore mais para ser absorvido, porém, não anula o efeito do ácido acetilsalicílico.

Com frutas secas contendo vitamina C – Essas frutas deslocam o medicamento dos sítios de ligação, acarretando aumento da excreção urinária de ácido acetilsalicílico.

Com álcool – O consumo intenso pode aumentar os riscos de sangramento.

Com ervas – A hipernatremia é resultado do uso de soluções tamponadas de ácido acetilsalicílico ou de salicilato de sódio contendo grandes quantidades de sódio. Deve-se evitar o uso concomitante com alho, angélica chinesa, artemísia, castanha-da-índia, chá verde, gengibre, ginseng, ginkgo, prímula, trevo-vermelho e unha-de-gato, pois estes possuem atividade antiplaquetária.

FONTES: [HTTP://WWW.DRUGS.COM/DRUG-CLASS/SALICYLATES.HTML](http://www.drugs.com/drug-class/salicylates.html)
[HTTP://WWW.MDSAUDE.COM/2010/07/ASPIRINA-AAS.HTML](http://www.mdsaude.com/2010/07/aspirina-aas.html)
[HTTP://WWW.DRUGS.COM/DISEASE-INTERACTIONS/ASPIRIN,ACETYLSALICYLIC-ACID.HTML](http://www.drugs.com/disease-interactions/aspirin-acetylsalicylic-acid.html)
[HTTP://WWW.MEDICINANET.COM.BR/BULA/254/ACIDO_ACETILSALICILICO.HTM](http://www.medicinanet.com.br/bula/254/ACIDO_ACETILSALICILICO.HTM)
FASCÍCULO II - MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO / PROJETO FARMÁCIA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE / CRF-SP. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - BRASÍLIA, 2010.
RANG, 2001; GOLDMAN, 2008



Ao mestre com carinho

Falecido em 2015, o criador do primeiro curso particular de Farmácia do país deixa o legado de uma história exemplar a todos os farmacêuticos

Há 37 anos, surgia o primeiro curso particular de Farmácia do país. Curso que, até 2015, já formou 4.036 farmacêuticos. Como protagonista desse feito histórico, estava o farmacêutico paulista dr. João Carlos Grigoli, na Universidade do Oeste Paulista, Unoeste, em Presidente Prudente. Nascido em Itajobi, no interior de São Paulo, aos dois anos enfrentou uma dura prova: a poliomielite, doença que foi responsável por inúmeras cirurgias e lhe rendeu um aparelho metálico e uma bengala para o resto da vida.

A dificuldade não o impediu de mudar para Ribeirão Preto para cursar Farmácia e formar-se em 1967. Sua trajetória profissional foi marcada pela atuação em Análises Clínicas e o pioneirismo em desbravar novos caminhos começava a fazer parte da sua vida.

Criou o primeiro Laboratório de Análises Clínicas do Hospital e Maternidade Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, onde atuou como bioquímico até 1978, quando foi convidado para trabalhar na Associação Prudentina de Educação e Cultura (Apec). Também foi docente na Unesp, campus Presidente Prudente, na faculdade de Agronomia de Paraguaçu Paulista e na Unoeste, nos cursos de Farmácia e Agronomia, além de professor de Química no ensino médio.



ARQUIVO PESSOAL

A superação de desafios sempre foi marca registrada do dr. Grigoli. A paixão pela docência sempre o motivou a ir cada vez mais longe

O NASCIMENTO DO CURSO

A grande virada profissional aconteceu ainda na Apec, atual mantenedora da Unoeste, quando, em 1978, Agripino Lima e Ana Cardoso Lima o convidaram para fundar o curso de Farmácia da instituição com as habilitações em Indústria de Alimentos e Análises Clínicas.

Além desse curso, dr. João Grigoli colaborou com a implantação do curso de Agronomia. Foi diretor da Faculdade de Farmácia e Bioquímica durante 25 anos e docente por mais de 30 anos. Foi responsável



Dr. João Carlos Grigol, como diretor da Unoeste, confere o grau aos formandos. Na foto, entrega o diploma à sobrinha



por organizar os laboratórios de Central de Soluções e Reagentes, dando apoio técnico e científico. No curso, montou o Laboratório de Análises Clínicas, que recentemente recebeu seu nome, e o Laboratório de Análise de Água.

O altruísmo marcante da sua personalidade o levou à promoção, todos os anos, da campanha do agasalho, tradicional no curso. As roupas eram separadas e enviadas às instituições de caridade.

Permaneceu na Unoeste de 1978 a 2012, quando encerrou as atividades. Faleceu em outubro de 2015 por complicações causadas pelo tratamento quimioterápico contra o câncer.

ESPELHO PARA MUITOS

A sobrinha e também farmacêutica, dra. Angélica A. Grigoli Dominato, segue os passos do tio e atua como docente na Unoeste desde 1994. “Ele foi referência de profissional. Um farmacêutico ético, atencioso, sábio, sério, paciente.”

No total, são seis farmacêuticos na família de João Grigoli, sendo que duas sobrinhas foram alunas do curso fundado e dirigido por ele.

A participação no Diretório Acadêmico da Unoeste aproximou o então aluno Décio Gomes de Oliveira do dr. Grigoli. “Descobri um grande amigo, incentivador

e que sempre apontava a direção mais correta a ser seguida. A dra. Angélica faz questão de declarar sua admiração e relembrar a infância. “Foi um excelente avô, pai, esposo, filho, tio, irmão, profissional. Muito amado por todos e respeitado na mesma intensidade.



Todos os anos ele promovia a campanha do agasalho, que virou tradição na universidade

Amava inventar carrinhos e brinquedos de madeira para as crianças. As lembranças mais fortes na convivência familiar está nele sentado ao chão e sempre rodeado pelos sobrinhos, e é claro, inventando algo para brincarmos. Nos ensinou muito em respeitar os deficientes, pois ele, apesar da sua limitação física, tinha muito amor pela vida e foi feliz. Fez a vida toda o que amava: Ensinar a ser feliz”.

Por **Thais Noronha**

Por que biólogos não podem atuar em análises clínicas

A Resolução 10/03 do Conselho Federal de Biologia foi impugnada em ação judicial proposta pelo Conselho Federal de Farmácia, cujo pedido foi julgado procedente por meio de sentença



INGIMAGE

Diturnamente, o Poder Judiciário é instado a se manifestar sobre a eventual habilitação dos biólogos para atuar nos laboratórios de análises clínicas. A seu favor, para tanto, a classe apoia-se na Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, que regulamenta as profissões de biólogo e de biomédico, e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina; No Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, que dis-

põe sobre a regulamentação do exercício da profissão de biólogo; e na Resolução nº 10, de 5 de julho de 2003, do Conselho Federal de Biologia, que dispõe sobre as atividades, áreas e subáreas do conhecimento do biólogo.

Porém, compartilhamos do entendimento de que a tese não comporta acolhimento, pois nem a Lei nº 6.684/1979 nem o Decreto nº 88.438/1982 possuem permissivo legal relacionado a essa atribuição.

Com efeito, a Constituição Federal, art. 5º, inciso XIII, tutela a liberdade profissional, e afirma que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, **atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.**

Fato é que, conforme trecho supra sublinhado, esse direito pode ser restringido por lei caso o exercício de alguma atividade profissional requeira a observância de requisitos decorrentes de suas especificidades.

Portanto, um ato normativo pode balizar determinada atividade ao estipular, por exemplo, qual(is) profissional(is) pode(m) praticá-la.

Nesse caminho, o exercício das análises clínicas foi outorgado ao farmacêutico, em caráter não privativo, pelo Decreto nº 85.878 de 7/4/81, que regula a Lei nº 3.820/60 e traz o âmbito profissional da classe, in verbis:

Art. 2º São atribuições dos profissionais farmacêuticos, as seguintes atividades afins, respeitadas as modalidades profissionais, ainda que não privativas ou exclusivas:

I - A direção, o assessoramento, a responsabilidade técnica e o desem-

penho de funções especializadas exercidas em:

(...)

b) Órgãos ou laboratórios de análises clínicas ou de saúde pública ou seus departamentos especializados;

O biólogo, todavia, não possui idêntica autorização, consoante artigo 2º da Lei nº 6.684/79, cujo rol de atribuições é taxativo, ad litteram:

Art. 2º Sem prejuízo do exercício das mesmas atividades por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica, o Biólogo poderá:

I- Formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos;

II- Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade;

III- Realizar perícias e emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado.

Desta feita, em análise às leis que regulam o tema, verifica-se que os biólogos não estão legalmente autorizados a realizarem análises clínicas, a despeito da disposição contida na Resolução do Conselho Federal de Biologia nº 10/2003.

Somente lei ou decreto que a regulamentamente, como vimos, poderia limitar o direito à liberdade profissional, assim como estabelecer o

âmbito de atuação de cada classe, não cabendo ao Conselho Federal de Biologia proceder com tal inovação por meio de resolução, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

Insta salientar que tal resolução foi impugnada em ação judicial proposta pelo Conselho Federal de Farmácia em face do Conselho Federal de Biologia, cujo pedido foi julgado procedente através de sentença.

Em face da sentença, o Conselho Federal de Biologia interpôs recurso de apelação e o processo ainda está pendente de julgamento final. Contudo, os Egrégios Tribunais Regionais Federais da 2ª e 4ª Regiões já se manifestaram sobre o tema no mesmo sentido da decisão supramencionada, consoante exposto abaixo:

Ação civil pública. Conselho Regional de Biologia. Curso de especialização em Análises Clínicas. Restrição a participação de biólogos. Ausência de *fumus boni juris*.

De acordo com o entendimento desta Corte, assim como de outros Tribunais Regionais, o rol de profissionais habilitados ao exercício da atividade de análises clínicas, no condão da legislação pertinente, cinge-se aos médicos, biomédicos e farmacêuticos, de maneira que, diante da ausência de *fumus boni juris*, há que se julgar improcedente o pedido deduzido na presente medida cautelar.

Embora a liminar tenha sido deferida para o fim de permitir-se aos biólogos o ingresso no curso de especialização em análises clínicas, oferecido pela Ré, há que se reconhecer, igualmente, a precariedade dessa participação, na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Jus-

tiça acerca do fato consumado.

(...)

Assim, a revogação da liminar neste momento lhes é evidentemente mais favorável do que em momento posterior, na medida em que o diploma a ser eventualmente obtido careceria de embasamento legal.

(TRF-4, Proc. nº 0071030-68.2008.4.04.0000, 4ª Turma, Relator Edgard Antonio Lippmann Jr., Julg. 03/08/2008)

Administrativo – Conselho de Fiscalização – Técnico responsável por laboratório de análises clínicas – biólogo especialidade medicina – indenização por danos morais e materiais – impossibilidade – não preenchimento dos requisitos de escolaridade exigida pela lei para a função – recurso desprovido.

(TRF-2, Apelação Cível nº 0000505-74.2013.4.02.5001, 5ª Turma Especializada, Rel. Marcus Abraham)

Por conseguinte, verifica-se que o exercício de qualquer labor por profissional indevidamente capacitado é rechaçado pela Constituição Federal do Brasil, pois seus atos fatalmente prejudicarão uma gama de usuários dos serviços prestados. No caso em exame, o risco seria deveras acentuado, pois golpearia um bem comum, qual seja, a saúde pública.

Isso posto, podemos inferir pela impossibilidade do exercício da atividade de análises clínicas pelo profissional graduado em biologia, por ausência de previsão, nos termos da legislação vigente.



Por dr. Leandro Funchal Pescuma

Departamento Jurídico do CRF-SP



Medidas de emergência contra o **zika**

FOTO: THAMYRES FERREIRA/MS



Ministério da Saúde disponibiliza 500 mil testes, porém, modelo atual, que não se baseia em sorologia, limita o alcance da medida

Enquanto população e autoridades de saúde se assustam com o crescente número de casos de microcefalia atribuídos ao zika vírus e a ciência ainda não desenvolve uma vacina capaz de combater a doença, o país reforça o combate ao mosquito *Aedes aegypti* e propõe ações necessárias para a proteção da população e de vigilância epidemiológica, acompanhando dados das infecções. Para isso, o Ministério da Saúde está aumentando a capacidade da realização

de exames nos laboratórios públicos.

Serão distribuídos 500 mil testes para realizar o diagnóstico de PCR (biologia molecular) para o zika. Produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o chamado Kit NAT discriminatório para dengue, zika e chikungunya, permite realizar a identificação simultânea do material genético para os três vírus, evitando a necessidade de três testes separados.

Antes, o diagnóstico do zika ví-

rus era feito com uso da técnica de PCR em tempo real, que identifica a presença do material genético do vírus na amostra. Para isso, são usados reagentes importados, e, para descartar a presença dos vírus dengue e chikungunya, é necessário realizar cada exame separadamente.

A nova técnica garantirá maior agilidade para o diagnóstico realizado na rede de laboratórios do Ministério da Saúde, além de reduzir os custos e permitir a subs-

O CHAMADO KIT NAT DISCRIMINATÓRIO PARA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA PERMITE REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO SIMULTÂNEA DO MATERIAL GENÉTICO PARA OS TRÊS VÍRUS, EVITANDO A NECESSIDADE DE TRÊS TESTES SEPARADOS.



tituição de insumos estrangeiros por um produto nacional.

Inicialmente, 250 mil unidades serão entregues para 27 laboratórios, sendo quatro de referência e 23 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen). A previsão é que os outros 250 mil testes estejam disponíveis a partir do segundo semestre.

Segundo a dra. Marion Coting Braga, membro da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas do CRF-SP, o farmacêutico é um profissional que possui condições de realizar as técnicas laboratoriais de diagnóstico disponíveis. “Se o laboratório possuir o aparelho, materiais e reagentes, além de profissionais capazes de realizar os exames, é possível realizar essa técnica, seja o laboratório particular ou pertencente à rede pública, seguindo as boas práticas e utilizando controles de qualidade adequados”, explica.

O diretor do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Cláudio Maierovitch, ressaltou que a ampliação da capacidade de tes-

tagem do zika permitirá maior representatividade e segurança para que sejam estudadas as tendências do vírus. “Quanto mais amostras forem analisadas semanalmente, mais informações teremos para avaliar o modelo de vigilância do zika e, assim, realizar adaptações, caso necessárias”, disse.

SOROLOGIA

O novo Kit NAT, porém, funciona por PCR, sigla de *Polymerase Chain Reaction* –detecção de segmentos de material genético do vírus– e só é capaz de detectar os patógenos durante o período de infecção viral, que dura apenas alguns dias.

A Fiocruz e outros institutos de pesquisa do país ainda buscam maneiras de criar um teste do zika por sorologia, que avalia a reação do sistema imune do paciente. Esse tipo de teste, mais prático de realizar e capaz de identificar infecções passadas, por enquanto, só existe para dengue e chikungunya.

Só com o teste por sorologia, que pode ser realizado em postos de

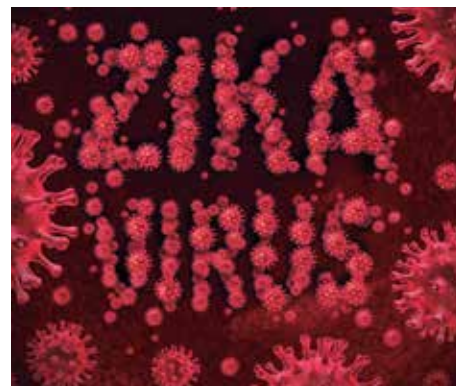


FOTO: INGIIMAGE

saúde, cientistas têm como começar a fazer um mapa mais preciso da disseminação do zika no país. Com a sorologia, grávidas em estágio avançado também poderão saber se tiveram ou não o vírus no início da gestação, com risco de comprometimento neurológico para o feto. Atualmente, existe forte suspeita da relação entre zika e microcefalia.

A recomendação do Ministério de Saúde é que sejam priorizadas, para a realização do teste, mulheres grávidas com sintomas do vírus zika, gestantes com bebê microcefálico, além de recém-nascidos com suspeita de microcefalia.

Por Carlos Nascimento



Entenda o licenciamento ambiental

Farmacêuticos são habilitados para auxiliar estabelecimentos a obter documentação cuja exigências podem variar de acordo com o município

Quando se ouve falar em licenciamento ambiental, logo aparecem inúmeras dúvidas em relação às necessidades e aplicações. Quais seriam as áreas que envolvem essa regulação e como obter esse tipo de licenciamento são algumas das principais questões que serão tratadas abaixo, com base, principalmente na Lei nº 997/76, aprovada pelo decreto nº 8.468/76 e alterada pelo Decreto nº 47.397/02.

Na área farmacêutica, as atividades obrigadas ao licenciamento ambiental são: fabricação de produtos farmacêuticos, de defensivos agrícolas, saneantes domissanitários, artigos de perfumaria, atividades que utilizem incinerador ou outro dispositivo para queima de lixo e materiais, ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, inclusive os hospitais, maternidades e institutos de pesquisas de doenças.

O licenciamento é obtido por meio de três etapas principais: Licença Prévia (LP), Licença de Ins-

talação (LI) e Licença de Operação (LO).

A Licença Prévia é dada à empresa do início das operações. Esta serve, de modo geral, para saber se naquele local poderá ou não ser exercida a atividade desejada.

Já a Licença de Instalação é dada para que a empresa possa iniciar a construção do empreendimento e suas instalações. Em determinados casos, esta licença é emitida concomitantemente à Licença Prévia.

Após a instalação, será realizada uma nova análise do Órgão Ambiental Regulador, que irá constatar se as instalações estão adequadas e foram realizadas de acordo com o informado nas licenças anteriores, para que seja então emitida a Licença de Operação.

Existe também a 'Dispensa Ambiental' ou o 'Certificado de Dispensa de Licença', dados às empresas que possuem atividades passíveis de licenciamento, porém que não exercem naquele local ne-

nhum processo de fabricação, produção e manipulação, entre outros, como empresas terceirizadas e escritórios administrativos.

DISPENSA MUNICIPAL

As informações acima estão baseadas em regulamentações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), responsável por diversas atividades ambientais no Estado de São Paulo, entre elas, licenciar e fiscalizar.

Porém, desde 2014, com a Deliberação Normativa Consema nº 1/2014, foram estabelecidas diretrizes para que os municípios, por meio das secretarias municipais ambientais, realizem o licenciamento ou a dispensa ambiental.

Essa Deliberação, no entanto, tem gerado algumas complicações. De acordo com o farmacêutico especialista em Assuntos Regulatórios e vice-coordenador da Comissão Assessora de Resíduos e Gestão Ambiental, dr. Elton

Rutkauskas, por mais que essa delegação já tenha ocorrido para alguns municípios, muitos estão ainda sem estrutura para realizar os licenciamentos, sem equipe técnica para tal, e ainda sem conhecimento dos procedimentos.

“Infelizmente, vários funcionários públicos municipais, de municípios aos quais já estão delegados o licenciamento, pediram para que eu procurasse a Cetesb para regularizar atividades, fazendo um ‘empurra-empurra’.”

Dr. Elton cita que alguns locais, entretanto, passaram a exigir o licenciamento ambiental para atividades não antes passíveis dele.

“Um exemplo é Pernambuco, que se exige o licenciamento ambiental para drogaria (que possui uma atividade de baixo impacto ambiental), com diversos documentos como Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), aprovado pela Vigilância Sanitária, projeto de fossa séptica, licença sanitária, entre outros. Já em Goiânia, exige-se até uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de um engenheiro para que se possa obter o PGRSS aprovado e posteriormente o licenciamento ambiental para uma drogaria”, conta.

PROFISSIONAL APTO

Dr. Elton afirma que é de suma importância a contribuição do farmacêutico na obtenção desses documentos, pois é um profis-

sional habilitado para entender da atividade desenvolvida, identificar os resíduos e analisar quais os documentos mais adequados a sua empresa.

“É importante estar atualizado, procurar cursos voltados para essa área. A própria Cetesb oferece esses cursos, além disso, buscar as legislações voltadas ao assunto”, afirma.

Também é necessário ressaltar a importância do

Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (Cadri), documento exclusivo para o Estado de São Paulo, emitido pela Cetesb, que aprova o encaminhamento de resíduos de interesse ambiental a locais de processamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, licenciados ou autorizados.

O Cadri é obrigatório para os resíduos industriais perigosos (Classe I, segundo a Norma NBR 10004, da ABNT), além de outros diversos elencados em Normas es-

pecíficas, como medicamentos, resíduos de medicamentos e resíduos de serviços de saúde (seringas, agulhas, etc.).

Empresas que voluntariamente realizam a coleta de pilhas e baterias também são obrigadas a obtenção deste certificado.

O Cadri pode ser individual, coletivo da própria empresa geradora do resíduo ou atrelado a um Cadri de empresas especializadas em Gerenciamento de Resíduos.

Por Mônica Neri



FOTO: INGMAGE

Entre as atividades ligadas ao setor farmacêutico obrigadas ao licenciamento ambiental estão fabricação de produtos farmacêuticos, de defensivos agrícolas, saneantes domissanitários, artigos de perfumaria, entre outros



Dispensador resiste, mas ficará no passado

País ainda não aproveita potencial de atuação do farmacêutico clínico no controle das doenças crônicas

O Brasil está envelhecendo e os números comprovam que, na medida em que esse processo avança, as doenças crônicas não transmissíveis passam a ser o principal desafio do sistema de saúde. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), 31% dos brasileiros, em 2010, afirmaram ter pelo menos uma doença crônica.

Envelhecer sem o controle dessas doenças leva a consequências desastrosas e aumenta o custo do sistema de saúde. Alguns números indicam o agravamento do problema: o infarto do miocárdio é responsável por 30% das mortes no país, a diabetes mata mais do que aids e acidentes de trânsito, cerca de 23 pessoas morrem por males do cigarro a cada hora e as mortes por obesidade triplicaram em dez anos.

Para enfrentar esse desafio, a solução pode estar na ampliação dos cuidados preventivos, na melhora da adesão dos pacientes ao tratamento, na disponibilização de mais informação e acompanhamento para o uso adequado de medicamentos e na ampliação dos serviços farmacêuticos clínicos prestados nas farmácias, já regulamentados pelo Conselho Federal de Farmácia.

Contudo, na avaliação do dr. Cassyano J. Correr, professor da Universidade Federal do Paraná e consultor da Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), o Brasil não está cuidando da questão da maneira adequada. “Parece



INGIMAGE

simples, mas não estamos conseguindo fazer isso”, lamentou.

“O sistema de saúde brasileiro foi configurado para tratar doenças agudas. Acontece que esse modelo não funciona para doenças crônicas e exige um modelo de cuidado diferente do estabelecido”, afirmou o especialista em farmácia clínica durante sua apresentação no seminário “Farmácia: que futuro estamos construindo?”, realizado pelo CRF-SP no Dia do Farmacêutico (20/1) como parte do XVI Encontro Paulista de Farmacêuticos.

Apesar do cenário desfavorável, dr. Cassyano discorreu sobre boas experiências como o projeto da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, em parceria com o Ministério da Saúde, que demonstra um avanço da clínica farmacêutica nos cuidados aos pacientes. Nos últimos dois anos, as unidades de saúde daquele município disponibilizaram mais de 50 consultórios farmacêuticos para a atenção primária à saúde. Foram mais de 2,5 mil consultas, em 2015, principalmente para pacientes polimedicados, com foco na revisão da farmacoterapia, adesão ao tratamento e controle das doenças crônicas. “Além disso, várias redes de farmácias têm investido fortemente na implantação de consultórios farmacêuticos em suas unidades e iniciam a prestação desses novos serviços”, completou o dr. Cassyano.

Ações como esta são vistas com bons olhos, contudo, há limitações que precisam ser superadas. “O

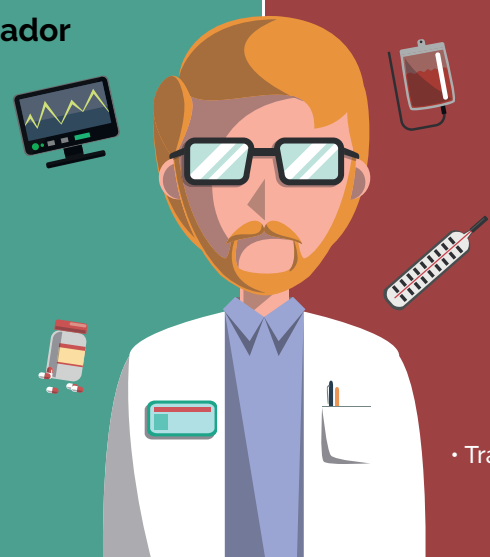
perfil do farmacêutico atual ainda é o do dispensador. Mas a dispensação não é o futuro, é o passado da profissão farmacêutica”, comentou o dr. Cassyano, para quem, apesar de ultrapassada, essa ainda deverá ser a realidade da profissão nas próximas décadas.

O dr. Cassyano citou outros campos de atuação que podem aproveitar o potencial de atuação do farmacêutico clínico. Um deles é oferecer acesso a vacinas, uma vez que o Brasil tem problema sério nesse campo. A cobertura vacinal cai drasticamente a partir dos 10 anos de idade e 10 de 15 doenças imunizáveis para adultos não estão disponíveis na rede pública. Exemplo disso é que cerca de 50% dos adultos ho-

mens entre 20 e 29 anos estão sem imunização contra hepatite B e 68% das mulheres de 15 a 49 anos estão sem imunização contra a difteria e tétano.

Outro campo que poderia ser melhor explorado são os exames laboratoriais rápidos, ou seja, exames de rastreamento e monitoramento realizados em 20 minutos e que podem ser estruturados a partir de parcerias entre farmácias privadas e laboratórios de análises clínicas. O farmacêutico realizaria os testes e o laboratório emitiria o laudo. “Existe a possibilidade de fazer mais de 50 exames, mas o serviço ainda precisa ser regulamentado pela Anvisa”, completou.

Por Carlos Nascimento



Farmacêutico dispensador

- Entrega medicamentos;
- Analisa receitas e orienta pacientes;
- Cuida da circulação de receitas e estoques;
- Supervisiona auxiliares;
- Foca no controle dos medicamentos e na burocracia.

Farmacêutico clínico

- Oferece o atendimento clínico;
- Aplica seus conhecimentos de semiologia e terapêutica;
- Discute casos com a equipe multidisciplinar;
- Emite pareceres sobre o paciente e o tratamento;
- Trabalha na adesão ao tratamento e nos desfechos de saúde.

VASTO CAMPO DE ATUAÇÃO

Veja como o trabalho do farmacêutico pode ser útil no cuidado aos pacientes:

* 9,1 milhões de pacientes têm diagnóstico de diabetes, 75% não controlam a doença, 11,5% dos brasileiros nunca fizeram teste de glicemia;

* um em cada três idosos ingere cinco ou mais medicamentos de uso crônico, 82% têm dificuldades de organizar e cumprir o tratamento; 63% dos pacientes com mais de 40 anos usando medicamentos contínuos não têm adesão completa ao tratamento;

* Quando os pacientes adquirem MIPs, 69 % procuram diretamente pelo farmacêutico, 62% pedem que seja recomendado medicamento;

* 15% da população fuma, mais da metade tentou parar nos últimos dois meses e só 8,8 % teve ajuda profissional;

* 51 % dos brasileiros estão com sobrepeso ou obesidade, 54% homens e 38% mulheres.

FONTES: IBOPE – INTERFARMA. PERCEPÇÕES SOBRE MEDICAMENTOS (2014); MINISTÉRIO DA SAÚDE.

O olhar oriental para o câncer

Com poucas contraindicações, a acupuntura se destaca como uma opção terapêutica capaz de proporcionar inúmeros benefícios a pacientes oncológicos

Há um consenso na comunidade médica de que o câncer não é uma doença única, mas sim um conjunto de moléstias que têm em comum apenas o crescimento desordenado da célula tumoral. Por esse motivo, uma vez diagnosticado, cada caso terá a sua própria fisiologia e comportamento clínico. O tratamento também será invariavelmente diferenciado, podendo utilizar diferentes classes de agentes quimioterápicos, agentes hormonais, radioterapia e procedimentos cirúrgicos, entre outras intervenções.

Entre as opções terapêuticas que possuem indicação para os pacientes com câncer, a acupuntura vem se destacando por auxiliar doentes que se encontram em diferentes situações e estágios da doença. A técnica da Medicina Tradicional Chinesa pode agir diretamente no alívio da dor e demais sintomas, bem como nos efeitos adversos provocados pelo tratamento. Para aqueles que fazem uso de morfina, a acupuntura chega até mesmo a diminuir consideravelmente sua



INGIMAGE

Acupuntura pode auxiliar pacientes com câncer em diferentes situações e estágios da doença; alívio da dor e redução dos efeitos colaterais da quimioterapia e radioterapia são algumas das principais indicações

dosagem; em alguns casos, a suprimi-la do tratamento.

Os benefícios foram apontados em uma pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que comprovou que a acupuntura pode ser empregada para combater complicações decorrentes de cirurgias para a retirada do câncer de mama, diminuindo, até mesmo, o tempo de recuperação de males como a falta de mobilidade dos membros superiores e

do linfedema (inchaço nos braços e pescoço provocado por má circulação). Para a pesquisadora Michele Alem, da Faculdade de Ciências Médicas, as agulhas podem até mesmo “ajudar a combater os sintomas mais rápido do que a medicina convencional.”

O dr. José Ricardo Domingues é farmacêutico acupunturista e atende pacientes oncológicos em seu consultório. Ele lembra que as pessoas que utilizam quimio-

OUTROS BENEFÍCIOS ESPERADOS SÃO A MELHORA DO SISTEMA IMUNOLÓGICO, AUMENTO DA DISPOSIÇÃO E ADESÃO DO PACIENTE AO TRATAMENTO, PROPORCIONANDO QUALIDADE DE VIDA.



rapia e radioterapia normalmente apresentam os efeitos colaterais indesejados como vômito, náuseas, e, conseqüentemente, desidratação. “O organismo fica muito debilitado e, em casos mais complicados, podemos observar um desequilíbrio hidroeletrolítico. A aplicação da acupuntura irá diminuir e acabar com esses efeitos colaterais e indesejados.”

Outros benefícios esperados são a melhora do sistema imunológico, aumento da disposição e adesão do paciente ao tratamento, proporcionando qualidade de vida. “Todos os pacientes que fazem a quimioterapia e radioterapia podem se beneficiar desse tratamento, pois não existe uma contraindicação”, explica o farmacêutico.

Embora ainda exista alguma resistência por parte de alguns profissionais da área da saúde com relação à acupuntura, essa postura vem mudando e esse trabalho em conjunto vem sendo empregado com muito sucesso. “É muito importante que esse acompanhamento do paciente seja realizado com profissionais habilitados da acupuntura e essa conduta sempre deverá ser tratada juntamente com o médico. Temos hoje muitos



Melhora na resposta imunológica em paciente com neoplasia no nariz (fotos feitas antes e depois do tratamento com acupuntura)

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

casos em que o próprio médico prescreve a acupuntura, pois temos todos a plena ciência de que o maior beneficiário é o paciente e, conseqüentemente, a sua adesão ao tratamento”, afirma o dr. José Ricardo.

EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO

São vários os pacientes que procuram o consultório do farmacêutico, principalmente por indicação médica, e que se tratam com técnicas clássicas de acupuntura (com agulhas), mas também com auriculoterapia, moxabustão, magnetoterapia e laseracupuntura, entre outras.

Em muitos deles, o dr. José Ricardo dá preferência a laseracupuntura associada à auriculoterapia,

para evitar as agulhadas em pacientes que já estão muito debilitados e sensíveis. “A associação dessas técnicas apresenta até uma resposta melhor. Observei, inclusive, a redução de neoplasias de pele.”

Por fim, o farmacêutico ressalta ser importante haver sempre o respeito profissional na técnica que cada acupunturista utiliza para desenvolver o tratamento, e, acima de tudo, respeito ao paciente. “É preciso levar em consideração o momento que ele está vivenciando e proporcionar alívio da dor, dos sintomas, dos efeitos colaterais, contribuindo também na melhora da qualidade de vida e na recuperação da saúde.”

Por Renata Gonzalez



Terceirização sim, mas sob regras

Portaria CVS 10/08 impulsiona terceirização de serviços, mas ainda há desconhecimento sobre responsabilidades de importadores e prestadores de serviço

Com a publicação da Portaria 10 do Centro de Vigilância Sanitária (CVS), em 28 de maio de 2008, São Paulo passou a ser o único Estado da federação a possuir regulamentação específica para empresas que importam produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, mas terceirizam os serviços de armazenamento e demais atividades necessárias à expedição ao mercado.

Não há dados oficiais, mas a partir da publicação da CVS 10/08, houve um evidente crescimento de estabelecimentos que terceirizam os serviços, uma tendência atribuída à busca da redução de custos e otimização dos espaços. Antes da portaria, não era permitido delegar a terceiros a armazenagem, distribuição, entre outras atividades operacionais.

Na avaliação da dra. Rafaella Alves de Oliveira, membro da Comissão Assessora de Distribuição e Transporte do CRF-SP, o que vem acontecendo na mesma proporção desse crescimento é o desconhe-

cimento das responsabilidades das empresas importadoras e das empresas prestadoras de serviços. “Os estabelecimentos que contratam terceiros para realizar as atividades de armazenagem e distribuição não estão desobrigados a possuir manual, procedimentos, entre outros documentos, fato esse que muitas vezes gera dúvidas entre responsáveis técnicos”, comentou.

EXIGÊNCIAS DA CVS 10

Segundo a dra. Rafaella, os estabelecimentos importadores podem terceirizar os serviços, mas deverão comprovar o controle das operações de armazenamento, controle de qualidade, estudos de estabilidade, adequação da rotulagem de produto importado acabado, expedição, distribuição, transporte,



FOTO: ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO CRF-SP

Estabelecimentos que contratam terceiros para realizar as atividades de armazenagem e distribuição não estão desobrigados a possuir manual, procedimentos, entre outros documentos

serviço de atendimento ao cliente e assistência técnica, isto é, deverão apresentar documentos que comprovem a efetiva realização do

serviço contratado de acordo com as boas práticas nas operações realizadas por terceiros, “conforme definido no artigo 5º do referido regulamento”.

A especialista também explica que, de acordo com o artigo 7º da portaria, todos os estabelecimentos prestadores de serviços que participam das operações envolvidas na importação são, em relação às suas atividades específicas, solidariamente responsáveis pela qualidade, eficácia e segurança dos produtos.

Ao requerer o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde (CMVS), o estabelecimento importador deve informar seus prestadores de serviços e apresentar os respectivos contratos de terceirização que estabeleçam claramente as atribuições e responsabilidades de contratante e contratado, necessárias para garantia da qualidade do produto. O responsável téc-

nico da importadora deverá ainda comunicar à Vigilância Sanitária qualquer alteração referente à prestação de serviço realizada por terceiros.

A portaria CVS 10/08 aplica-se a todas as empresas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a atuar como importadoras e distribuidoras de produtos sujeitos à vigilância sanitária que não possuam local de armazenamento próprio. Não se aplica ao “depósito fechado”, estabelecimento definido como depósito de produtos próprios, instalado em endereço diverso da empresa e considerado extensão desta.

RESSALVAS PARA MEDICAMENTOS

Apesar de a portaria CVS 10/08 incluir em seus artigos a importação de medicamentos, de acordo

com Isabel Gomes Pereira, bióloga e autoridade sanitária da Coordenação de Vigilância em Saúde de São Paulo (Covisa), Setor de Medicamentos, essa classe de produtos segue normas da Anvisa, como a RDC 10/11, que em seu artigo 8º, obriga os importadores de medicamentos a possuir local de armazenamento próprio, sendo permitido armazenar em terceiro o excedente. Ela cita também a RDC 25/07, que em seu artigo 33 determina que somente será permitida a terceirização de armazenamento de produtos farmacêuticos liberados para comercialização pela garantia da qualidade, ou setor equivalente da parte contratante; ou ainda o artigo 34, que estabelece que é vedada a terceirização de armazenamento às empresas que não disponham de local de armazenamento próprio.

Por Carlos Nascimento

PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME DE CONTROLE

ARTE: BÁRBARA GABRIELA

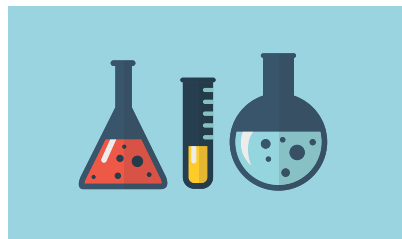
Alimentos



Medicamentos



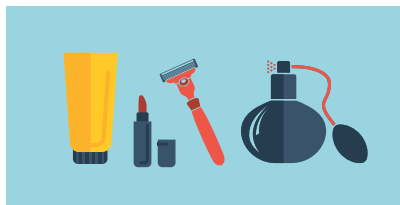
Insumos farmacêuticos



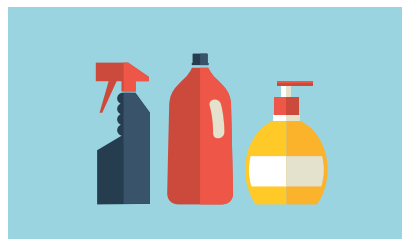
Produtos para saúde e correlatos



Produtos de higiene, cosméticos e perfumes



Saneantes domissanitários





Dias melhores para pesquisas no Brasil

Em fase de adaptação, RDC 9/2015 cria expectativa de mais agilidade na aprovação de estudos e maior inserção do Brasil no cenário mundial



Com as mudanças anunciadas, setor espera que o Brasil possa receber mais estudos clínicos, o que representa maior transferência de conhecimento e recursos para o país; brasileiros também terão mais acesso a produtos ainda em fase de desenvolvimento

Um ano após a publicação da RDC 9/2015, da Anvisa, que dispõe sobre o regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil, o setor ainda passa por fase de adaptações às mudanças anunciadas no processo de desenvolvimento de novos fármacos. A nova resolução revogou a RDC 39/2008, e, desde sua edição, gerou grande expectativa ao adotar um modelo de regulação harmonizado com as principais agências internacionais, o que por consequência trará maior inserção do país na área de pesquisa clínica.

Com uma avaliação mais ágil dos pedidos de pesquisa, espera-se que o Brasil possa receber mais estudos desse tipo, o que representa transferência de conhecimento e recursos para o país. Um maior número de pesquisas clínicas sendo realizadas em território nacional também traz maiores possibilidades de cidadãos brasileiros terem a chance de participar de testes de medicamentos e ter acesso a produtos ainda em fase de desenvolvimento.

Dentre as mudanças mais significativas, está a definição de prazo fixo para que a Anvisa realize a avaliação dos Dossiês de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM), contendo projetos de ensaios clínicos a serem realizados no Brasil. De acordo com a RDC 9/2015, os estudos de fase III, com medicamentos sintéticos e com realização em outros países contidos em um DDCM, terão prazo máximo de 90 dias para avaliação. A estimativa é de que 60% dos estudos analisados hoje pela Anvisa se enquadrem nessa regra dos 90 dias.

A nova norma define que nos casos em que a Agência não se manifestar no prazo de 90 dias, o estudo poderá ser iniciado, desde que aprovado pelas instâncias que avaliam os aspectos éticos da pesquisa.

MENOS MOROSIDADE

Antes da resolução, a morosidade para uma resposta da avaliação da Anvisa era subjetiva, uma vez

que não existiam prazos que servissem de parâmetros para quem atua no setor, explica o dr. Diogo Moia, vice-coordenador da Comissão Assessora de Pesquisa Clínica do CRF-SP e pesquisador do gerenciamento do centro de estudos do Hospital do Coração (HCor). Segundo ele, antes da nova RDC, a estimativa de aprovação era de cerca de um ano.

“A RDC 9/2015 nos deu um novo panorama em relação a tal prazo. Os estudos que são conduzidos e/ou coordenados pelo Brasil são internacionalmente reconhecidos como tendo excelência de dados e de execução/condução. Com a melhoria nos prazos de aprovações, de certa maneira, a desburocratização irá nos elevar ainda mais como uma potência em desenvolver/conduzir ensaios clínicos de grande impacto para a sociedade como um todo”, avalia o farmacêutico.

Apesar do momento de otimismo, dr. Diogo atenta para o fato de que alguns entraves para a pesquisa clínica no Brasil irão perdurar, como a questão da aprovação ética pelo sistema CEP (Comitês de Ética em Pesquisa)/Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e a necessidade de aprovações locais em cada um dos centros que irão participar do estudo.

“Hoje, a grande discussão dentro do campo da Pesquisa Clínica Nacional é a maximização dessas aprovações, e, neste sentido, hoje temos uma frente operando que é o PLS (Projeto de Lei do Senado 200/2015 (leia nesta página), que pretende descentralizar as aprovações.”

Outro fator que deve ser ponderado é que a abrangência da RDC 9/2015 é aplicável a todos os ensaios clínicos com medicamentos que terão todo ou parte de seu desenvolvimento clínico no Brasil para fins de registro. Além disso, cabe atentar para o artigo 4º: “Esta Resolução não é aplicável a estudos de bioequivalência e biodisponibilidade relativa, ensaio clínico com cosméticos, com produtos para a saúde, com ali-

mentos, com terapia gênica e células-tronco, devendo estes seguir regulamentações específicas”.

PLS 200/2015

No ano passado, a pesquisa clínica também entrou em pauta no âmbito parlamentar, com a criação do PLS 200/2015, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos (PP/RS), que propõe mudanças nas regras da ética em pesquisa clínica com seres humanos. A matéria ainda está em fase de tramitação, mas já gera manifestações contrárias na comunidade científica.

FOTOS: INGMAGE



Projeto de Lei que propõe mudanças nas regras da ética em pesquisa clínica gerou manifestações contrárias na comunidade científica

Um dos principais motivos de preocupação é que, de acordo com o PLS, ao término da pesquisa, o promotor (patrocinador) ou o investigador-promotor garantirá o fornecimento gratuito do medicamento em questão em apenas duas situações: quando há risco de morte ou agravamento clinicamente relevante da doença ou ausência de alternativa terapêutica satisfatória no país para a condição clínica do sujeito da pesquisa. Atualmente, o patrocinador deve assegurar o acesso gratuito e por tempo indeterminado aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos que se demonstraram

eficazes do medicamento pós-estudo a todos os participantes ao final da pesquisa (Res 466/12).

“Nesse âmbito, há uma extensa discussão a respeito do tempo de fornecimento, disponibilização pelo SUS, direitos do participante, acesso etc. Acreditamos que o PL não assegura ao participante o acesso ao produto investigacional de maneira justa, por exemplo, caso o participante tenha apresentado benefício de sua qualidade de vida ou, por doença não grave, com o uso do produto investigacional”, explica a dra. Raquel Campos, também vice-coordenadora da Comissão de Pesquisa Clínica do CRF-SP.

Por Renata Gonzalez



A via-crúcis de quem fabrica

A abertura de uma indústria exige o cumprimento de uma série de exigências regulatórias e o profissional responsável precisa estar preparado para essa difícil missão

O longo caminho entre o projeto de uma nova indústria de produtos farmoquímicos e farmacêuticos e a produção da primeira caixa de medicamento conta com a atuação decisiva do farmacêutico, o profissional que cuidará das exigências regulatórias, além de adequar todos os requisitos aos níveis de qualidade da empresa e aos riscos ambientais e sanitários envolvidos. O processo de abertura e regulamentação dessa atividade é uma tarefa complexa pela quantidade de licenças e autorizações em vários órgãos e serviços de governos nas esferas federal, estadual e municipal.

Para atender a essa demanda de maneira segura e eficaz, em um mercado caracterizado por ambiente de mudanças cada vez

mais rápidas, o mercado necessita de farmacêuticos especializados, que são capazes de oferecer suporte, desenvolver e executar estratégias regulatórias para obtenção e manutenção de registro dos produtos. Através da atuação desse profissional, a empresa é capaz de garantir a segurança e eficácia dos produtos

por meio de uma criteriosa avaliação técnica, além de permanecer atualizada quanto às mudanças na legislação, de forma a assegurar a conformidade dos itens durante o seu ciclo de vida.

Especialista na área de assuntos regulatórios, a dra. Leandra Aparecida da Silva, membro da Comissão Assessora de Indústria do CRF-SP da seccional de

Osasco, considera que o farmacêutico envolvido no início das atividades de uma indústria tem uma complexidade de atividades maior do que o profissional que assume uma empresa já constituída. “Uma indústria em atividade já tem todas as autorizações necessárias para seu funcionamento. Por outro lado, sem conhecimento, é difícil saber por onde começar num pro-



INGIMAGE

jecto novo. A relação de licenças e certificados é tão numerosa que o farmacêutico responsável pode ter dificuldade de saber em qual órgão a empresa deve se regularizar primeiro”, comentou.

Para evitar que isso aconteça, segundo a especialista, é necessário de o profissional seja capacitado.

No entanto, há poucas fontes de formação acadêmica em relação ao nível de exigência da área. Ela entende que os cursos de graduação não oferecem preparo suficiente para atuação na área regulatória e os interessados em atuar no segmento precisam buscar o conhecimento necessário em cursos de especialização ou de maneira autodidata, por meio da consulta em materiais técnicos ou pesquisar as atualizações sanitárias em legislações específicas ou em sites como o da Anvisa, CRF-SP, ou de órgãos que representam o setor como o Sindusfarma e Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos). “Penso que é importante manter-se atualizado, uma vez que o profissional farmacêutico se depara com desafios e metas com exigências regulatórias que requerem treinamento e aperfeiçoamento constantes”, avaliou.

O SUPORTE DAS COMISSÕES

Em sua trajetória profissional, a dra. Leandra passou por vários segmentos: drogaria, distribuidora, logística e, por fim, a área regulatória de uma indústria cosmética. Ela lembra que o começo em todas essas atividades foi desafiador. “Quando iniciei a carreira, não havia muito suporte nem sabia por onde começar. Na época, não havia muita informação na internet, por isso, recorria a colegas e tentava acompanhar a legislação, que muda a todo o momento. Mas o que fez o diferencial e me ajudou a progredir foi a participação nas comissões assessoras do CRF-SP”, disse.

A farmacêutica revelou que aprendeu muito com a comissão de Distribuição e Transporte, quando iniciou suas atividades do segmento, em 2002. “Sem esse apoio, seria muito mais difícil”, reconhece. Com o passar dos anos, mudou de área, hoje ocupa o cargo de coordenadora de assuntos regulatórios de uma indústria cosmética, atua na Comissão Assessora de Indústria da seccional de Osasco, e recomenda aos colegas que também participem. “A nossa comissão está aberta a receber a contribuição dos colegas. É um espaço para compartilhar conhecimento e experiência”.

A dra. Leandra considera que esse é um caminho importante para o aperfeiçoamento profissional e também um espaço para desenvolver projetos que podem contribuir com o avanço do segmento. Através desse trabalho, sua comissão está empenhada em produzir materiais técnicos que podem dar suporte aos colegas, a exemplo de um projeto em desenvolvimento que tem a finalidade de ser um guia técnico de regulamentação para abertura de indústrias de produtos farmacêuticos e farmacêuticos.

O material está em elaboração e ainda não tem previsão de lançamento, mas poderá oferecer subsídios aos profissionais da área com informações, dicas e diretrizes para farmacêuticos que estão iniciando em uma empresa e não conhecem os passos para a regularização. “O guia irá fornecer um panorama geral das licenças requeridas pelas empresas. As informações são baseadas em pesquisas de legislações, bem como na vivência dos membros da Comissão de Indústria nas diversas áreas de atuação”, explicou a dra. Leandra.

Por Carlos Nascimento 

O COTIDIANO DO ESPECIALISTA

O farmacêutico da área de assuntos regulatórios é responsável pela obtenção e manutenção das diversas licenças necessárias para o funcionamento da empresa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Vigilância Sanitária local, Polícia Federal, Conselhos Profissionais e demais órgãos de segurança e meio ambiente. A responsabilidade desse profissional envolve diversas atividades. Confira as principais:

- Requerimento de licenças e certificações nacionais e internacionais;

- Submissão inicial de registros dos produtos;
- Atualizações pós-registro;
- Atuação nas renovações das licenças e dos produtos;
- Atuação em inspeções nacionais e internacionais;
- Acompanhamento da legislação sanitária;
- Solicitação de autorização de Importação;
- Arquivo de documentação legal e científica;
- Suporte interno;
- Suporte documental em concorrência pública;
- Atuação na garantia de qualidade;
- Atuação no serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

O que é o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO FARMACÊUTICO ?

A Revista do Farmacêutico destacará, a partir dessa edição, alguns dos benefícios conquistados pelo CRF-SP aos farmacêuticos

O Programa de Assistência ao Farmacêutico é gratuito e tem como objetivo oferecer aos farmacêuticos oportunidades, benefícios e vantagens que aproveitam a força da classe (hoje são mais de 50 mil profissionais no Estado). Um dos serviços é a Bolsa de Empregos que favorece a inserção ou recolocação no mercado de trabalho do farmacêutico inscrito no CRF-SP. Em 2014 foram 3.678 vagas de emprego disponibilizadas pelo PAF, já em 2015, 4.974, ou seja, aumento de 35,23%. O PAF também propicia descontos em serviços e produtos (Clube de Benefícios). Mais informações www.crfsp.org.br/paf.



Você pode acessar o PAF pelo portal do CRF-SP ou via aplicativo CRF-SP

Um dos destaques são os parceiros na área de Educação. Confira as instituições que oferecem descontos para farmacêuticos:

• Araras/SP e região



• Mogi das Cruzes/SP



• Ribeirão Preto/SP e região



• São Paulo/SP e região



• Estado de São Paulo



Pós-Graduação

Lato Sensu

MBA

COSMETOLOGIA

Ênfase em Desenvolvimento de Produtos e Marketing Cosmético.

Início: Primeiro Semestre 2016

Local: Campinas - SP + Estágio Internacional

Carga Horária: 360 + 90 TCC | 40 Horas de Marketing Cosmético

Coordenação: Prof. Lucas Portilho

AQUI SEU
TCC
VIRA ARTIGO
CIENTÍFICO

O MELHOR
CORPO
DOCENTE
DO MERCADO

ESTÁGIO
INTERNACIONAL

+
NETWORKING

CERTIFICAÇÃO
SBE
LUCAS PORTILHO | BRASIL

LATO SENSU RECONHECIDO

MEC

Ministério da Educação



cursosonline.ipupo.com.br

Curso Online

Cosméticos Anti Aging

Tratamentos Cosméticos Antienvelhecimento

Aprenda agora tudo sobre Cosméticos Anti-Aging com o especialista em cosmetologia Maurício Pupo!

Quantidade de Aulas: 10
Carga Horária do Curso: 20 H
Duração da Aula: 1:27:38
Público Alvo: Farmacêuticos; Esteticistas; Médicos.

Curso Online

Desenvolvimento De Filtros Solares

Ênfase em Pesquisa e Desenvolvimento de Fotoprotetores

Aprenda agora tudo sobre Desenvolvimento de Cosméticos Fotoprotetores com o maior especialista em fotoproteção do Brasil Lucas Portilho!

Quantidade de Aulas: 17
Carga Horária do Curso: 40 H
Duração da Aula: 03:01:03
Público Alvo: Farmacêuticos; Esteticistas; Médicos.

Curso Online

Peelings Cosméticos e Farmacêuticos

Desenvolvimento de Peelings Cosméticos e Farmacêuticos

Aprenda agora tudo sobre Desenvolvimento de Peelings Cosméticos com o maior especialista em Peelings do Brasil Thiago Rosa!

Quantidade de Aulas: 11
Carga Horária do Curso: 40 H
Duração da Aula: 1:57:24
Público Alvo: Farmacêuticos; Esteticistas; Médicos; Químicos

Só o **CRF-SP** faz por você, Farmacêutico!

Aplicativo



Tenha na palma da sua mão:

- Comunicado de ausência
- Bolsa de Empregos e Clube de Benefícios (PAF)
- Agenda de cursos, eventos, reuniões, entre outras
- Fale com o presidente
- Revista do Farmacêutico
- Canal Farmacêutico
- Canal de Denúncias
- Geolocalização de farmácias regulares
- Consulta à legislação
- Galeria de Vídeos



Para o farmacêutico



Aplicativo



- Localização de farmácias regulares
- Localização de farmácias por serviços prestados
- Contatos, dicas e informações importantes sobre saúde
- Notícias sobre medicamentos e setor farmacêutico
- Vídeos e outros materiais educativos sobre saúde

Procure como chegar a farmácias regulares e saiba quem são os farmacêuticos que trabalham no local

Dicas sobre uso de medicamentos

Para a população



Valorização profissional